



**UNIVERSIDADE  
FERNANDO  
PESSOA**

# **AUTOCONTROLO E TOMADA DE DECISÃO NO TRÁFICO DE DROGA**

[Self-Control and Decision-Making in Drug Trafficking]

Dissertação de Mestrado

[2º C CRIMINOLOGIA]

Vitória Ferreira Campos

Orientador:

Doutor João Próspero-Luís

Junho/2025





**UNIVERSIDADE  
FERNANDO  
PESSOA**

# AUTOCONTROLO E TOMADA DE DECISÃO NO TRÁFICO DE DROGA

[Self-Control and Decision-Making in Drug Trafficking]

Dissertação de Mestrado

[2º CRIMINOLOGIA]

Vitória Ferreira Campos

Orientador:

Doutor João Próspero-Luís

Junho/2025

Finalizar um Mestrado tornou-se um sonho, mas confesso que muitas vezes duvidei que o conseguisse fazer. Com a ajuda e o incentivo da minha família consegui concretizar não só o meu sonho, mas o de muitos jovens que não tiveram a mesma oportunidade que eu.

Dedico esta Dissertação a todas as pessoas cujos sonhos foram adiados ou roubados pela falta de acesso à educação, um direito que efetivamente deveria ser universal.

Dedico a todas as pessoas que viram a sua infância e adolescência desviada pela falta de oportunidades.

Dedico a todas as pessoas que se viram obrigadas a seguir a vida do crime.

Dedico a todas as pessoas que são invisíveis aos olhos da sociedade.

## **Agradecimentos**

Começo por agradecer ao Prof. Dr. João Próspero-Luís que, num período de incertezas, foi a bússola na concretização desta investigação.

À Universidade Fernando Pessoa por ter sido a minha casa durante estes dois anos.

A todas as pessoas que participaram nesta investigação.

À minha mãe Telma que sempre foi a minha fã nº 1 e que, incansavelmente, me incentivou a correr atrás dos meus sonhos. Serei eternamente grata por nos termos encontrado nesta vida. Agradeço todo o esforço que fez de sol a sol para que eu chegasse até aqui pela sombra.

Ao meu pai Paulo que também sempre foi o meu maior apoiante e que nunca deixou faltar uma palavra de carinho ou um gesto de amor para me confortar. Agradeço por cada brincadeira partilhada, por cada jogo do Porto vivido em conjunto e por cada conversa honesta que me ajudou a crescer.

À minha mãe Paula por cada gesto de amor e de compreensão que, ao longo da minha vida, foram pilares fundamentais. Exemplo de resiliência e força que pretendo sempre seguir. Esteve sempre lá, sobretudo nos momentos em que eu mais precisei.

Ao meu pai José por todos os ensinamentos que me transmitiu em forma de amor. Verdadeiro exemplo de integridade que, mesmo com todas as adversidades da vida, se manteve fiel aos seus princípios e valores. Serei eternamente grata pela sua vida.

À minha avó Maria José que sempre esteve por perto nas minhas conquistas, com um olhar de orgulho e um abraço pronto para me acolher. Serei eternamente grata pela sua presença na minha vida.

Ao meu avô Ezequiel que, apesar de já não estar comigo fisicamente, continua a viver em cada memória e em cada valor que me transmitiu. Sei que de alguma forma está presente nesta conquista, assim como em todos os dias da minha vida.

À minha avó Maria da Conceição pelo carinho, amor e afeto que sempre me fez sentir. Agradeço por todos os gestos simples que, ao longo dos anos, tanto significaram.

À minha bisavó Maria da Conceição por ser uma pessoa tão alegre e divertida.

Ao meu irmão Rúben, o meu irmão mais velho, pela forma como se faz presente na minha vida e pela forma como, de uma maneira ou de outra, sei que está sempre lá quando preciso.

Ao meu irmão Pedro pelas infundáveis gargalhadas e por todas as vezes que, com a sua presença, me fez sentir que nunca estarei sozinha. Sempre foi casa - mesmo quando as palavras eram poucas, a presença bastava.

À minha irmã Daniela que, mesmo sem ter tido a oportunidade de trilhar este mesmo caminho, me apoiou desde o início sem hesitações. Sinto que esta conquista é tão minha como dela. Nunca caminhará sozinha.

Ao meu sobrinho David, o meu Vidzão, que tantas vezes se sentou ao meu lado com os seus livros do 4º ano e me perguntou se já tinha acabado o meu “trabalho das drogas”. Serei eternamente grata por poder vê-lo crescer, com a certeza de que ainda sentirei muito orgulho.

Ao meu sobrinho e afilhado Martim, o meu Tim, por me inspirar a ser destemida e brincalhona. Ser madrinha é um dos papéis mais bonitos que desempenho e não seria tão feliz sem um Martim na minha vida.

Ao meu sobrinho Bernardo, o meu Benny, por me incluir nas suas brincadeiras e por me abraçar quando estou triste. Dói-me o coração só de pensar na hipótese de um dia não ser a escolhida para brincar aos carros.

À minha sobrinha Chloe, atualmente com 4 meses, por ter sido uma lufada de ar fresco na minha vida. Vê-la nascer, naquela sala de partos, é a imagem mais bonita que guardo no meu coração.

À minha cunhada Cláudia que sempre me fez sentir tão em casa. É uma sorte estar na presença de uma pessoa tão positiva e compreensiva. Guardo cada gesto de carinho no meu coração.

À Rosa, a minha tia do Bi, por fazer questão de estar presente nas minhas conquistas e por ser uma pessoa tão bonita.

Ao meu parceiro de quatro patas Chico, por ser um companheiro mais que fiel.

À minha amiga Matilde, por ser uma menina cheia de determinação. Acompanhar as suas conquistas tem sido um privilégio e sinto-me feliz por ela também acompanhar as minhas.

Às minhas amigas Sara e Maria que foram fundamentais neste percurso. Foram anos de desafios, crescimento e muitas memórias que guardo com todo o apreço. Sei que a nossa amizade vai muito além dos caminhos académicos.

Ao meu Porto, clube e cidade, por me inspirar a lutar com competência, rigor, ambição e paixão.

Aos meus colegas de turma por me acompanharem nesta jornada.

A todos os que de alguma forma contribuíram para esta conquista, o meu mais sincero obrigado. Esta Dissertação é um pouco de cada um de vocês.

## **Resumo**

O processo de tomada de decisão é guiado por um caminho reflexivo e racional, onde os indivíduos ponderam os custos/benefícios (Becker, 1968; Cornish & Clarke, 1987). Por sua vez, o baixo autocontrole contribui para uma maior probabilidade de envolvimento em comportamentos delinquentes (Pratt & Cullen, 2000). A presente investigação teve como objetivo aplicar a Teoria do Comportamento Planeado (TCP; Ajzen, 1991) ao estudo da intenção criminal relativa ao crime de tráfico de droga. Outro dos intuitos foi relacionar esta intenção com a Escala de Baixo Autocontrole (Grasmick et al., 1993). De forma a alcançar estes objetivos foram aplicadas duas escalas: uma delas construída especificamente no âmbito desta investigação para mensurar as variáveis inerentes à TCP e outra para operacionalizar as componentes da escala de baixo autocontrole a uma amostra final de 251 participantes. Os resultados revelaram correlações e regressões estatisticamente significativas entre as variáveis da Teoria do Comportamento Planeado, do autocontrole, da delinquência autorevelada e da intenção de traficar droga. Entre os resultados reforça-se a importância de considerar os fatores individuais e sociais na análise do processo de tomada de decisão, especialmente no contexto de tráfico de droga. São também apresentados os contributos desta investigação para a Criminologia e propostas para futuras linhas de investigação.

**Palavras-chave:** Teoria do Comportamento Planeado; Tráfico de Droga; Autocontrole; Intenção Criminal.

## **Abstract**

The decision-making process is guided by a reflexive and rational path, where individuals weigh up the costs/benefits (Becker, 1968; Cornish & Clarke, 1987). In turn, low self-control contributes to a greater likelihood of involvement in delinquent behaviour (Pratt & Cullen, 2000). The present investigation aimed to apply the Theory of Planned Behavior (TPB; Ajzen, 1991) to the study of the criminal intention relating to the crime of drug trafficking. Another of the intentions was to relate this intention to the Low Self-Control Scale (Grasmick et al., 1993). In order to achieve these objectives, two scales were applied: one of them built specifically within the scope of this investigation to measure the variables inherent to TCP and another to operationalize the components of the low self-control scale to a final sample of 251 participants. The results revealed statistically significant correlations and regressions between the variables of the Theory of Planned Behaviour, self-control, self-reported delinquency and the intention to traffic drugs. The results reinforce the importance of considering individual and social factors when analysing the decision-making process, especially in the context of drug trafficking. The contributions of this research to Criminology and proposals for future lines of research are also presented.

**Keywords:** Theory of Planned Behavior; Drug Trafficking; Low Self-Control; Criminal Intention.

## Índice Geral

Introdução.....	1
CAPÍTULO I – Enquadramento teórico.....	2
1. Comportamento criminal.....	2
2. Tráfico de droga.....	2
2.1. Enquadramento legal.....	3
2.2. Impacto nacional do tráfico de droga.....	4
2.3. Impacto internacional do tráfico de droga.....	7
3. Modelos criminológicos explicativos do tráfico de droga.....	9
3.1 Teoria da Escola Racional.....	11
3.2. Teoria do Comportamento Planeado.....	13
4. Autocontrolo.....	23
4.1. Teoria Geral do Crime.....	25
CAPÍTULO II – Enquadramento empírico.....	27
1. Objetivos.....	27
2. Descrição da metodologia.....	28
2.1.Desenho da investigação.....	28
2.2.Caracterização da amostra.....	28
A. Estudo de Elicitação.....	29
1. Descrição do estudo de Elicitação.....	29
1.1.Participantes.....	29
1.2.Instrumentos.....	30
1.3.Procedimentos.....	31

1.4. Análise de dados e crenças selecionadas.....	31
<b>B. Main Study.....</b>	<b>32</b>
1. Descrição do Main Study.....	32
1.1. Participantes.....	32
1.2. Instrumentos.....	33
1.3. Procedimentos.....	37
1.4. Análise de dados e resultados.....	37
1.4.1. Screening.....	40
1.4.2. Análise descritiva.....	40
1.4.3. Resultados.....	40
CAPÍTULO III – Discussão dos resultados .....	47
Referências Bibliográficas .....	56
Anexo A.....	65
Anexo B.....	66
Anexo C.....	68
Anexo D.....	80

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 – página 29: Dados sociodemográficos dos participantes do estudo de Elicitação – Sexo e Idade

Tabela 2 – página 30: Dados sociodemográficos dos participantes do estudo de Elicitação – Nível de Escolaridade e Nacionalidade

Tabela 3 – página 32: Dados sociodemográficos dos participantes do Main Study – Sexo e Idade

Tabela 4 – página 33: Dados sociodemográficos dos participantes do Main Study – Nível de Escolaridade

Tabela 5 – página 33: Dados sociodemográficos dos participantes do Main Study – Nacionalidade

Tabela 6 – página 36: Consistência interna dos elementos da TCP

Tabela 7 – página 36: Consistência interna dos itens da intenção

Tabela 8 – página 36: Consistência interna dos itens da delinquência autorevelada

Tabela 9 – página 36: Consistência interna das componentes da Escala de Baixo Autocontrole

Tabela 10 – página 39: Vantagens e desvantagens das atitudes da TCP

Tabela 11 – página 39: Facilitadores e obstáculos do CCP da TCP

Tabela 12 – página 41: Atitudes e intenção de traficar

Tabela 13 – página 41: Norma subjetiva e intenção de traficar

Tabela 14 – página 42: Vantagens e desvantagens e componentes da Escala de Baixo Autocontrole

Tabela 15 – página 43: Atitudes valor e componentes da Escala de Baixo Autocontrole

Tabela 16 – página 43: Norma subjetiva e componentes da Escala de Baixo Autocontrole

Tabela 17 – página 44: Controlo comportamental percebido expectativa e componentes da Escala de Baixo Autocontrolo

Tabela 18 – página 44: Valorização da influência de pessoas próximas que já traficaram droga) item do CCP valor) e tarefas físicas (componente da Escala de Baixo Autocontrolo)

Tabela 19 – página 45: Componentes da Escala de Baixo Autocontrolo e Delinquência autorevelada

## **Índice de Figuras**

Figura 1 – página 14: Esquema da Teoria do Comportamento Planeado

Figura 2 – página 32: Crenças selecionadas a partir do questionário de Elicitação

## **Lista de Siglas e Acrónimos**

CCP – Controlo Comportamental Percebido

DGRSP – Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

DL – Decreto-Lei

EBA – Escala de Baixo Autocontrolo

NS – Norma Subjetiva

RASI – Relatório Anual de Segurança Interna

SOCTA - *Serious and Organised Crime Threat Assessment*

TCP – Teoria do Comportamento Planeado

TER – Teoria da Escolha Racional

TGC – Teoria Geral do Crime

UE – União Europeia

UNCTE – Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes

UNODC – *United Nations Office on Drugs and Crime*

WHO – *World Health Organization*

## **Introdução**

A intenção criminal continua a ser uma questão central na área da Criminologia, tanto pelo seu impacto social como pelos fatores psicológicos e contextuais que a influenciam (Bentham, 1789; Sutherland & Cressey, 1960; Hirschi, 1969; Cohen, 1979). Das várias formas de criminalidade, o tráfico de droga é uma das questões mais problemáticas dos dias atuais (*United Nations Office on Drugs and Crime*, 2023). Embora seja uma temática frequentemente discutida do ponto de vista legal e social, torna-se essencial compreender os mecanismos subjacentes à decisão de enveredar por este tipo de comportamento.

Assim, a presente investigação visa analisar a intenção do envolvimento no tráfico de droga, com base em dois modelos teóricos largamente reconhecidos: a Teoria do Comportamento Planeado (Ajzen, 1991) e a Teoria Geral do Crime (Gottfredson & Hirschi, 1990), sendo esta última operacionalizada através da Escala de Baixo Autocontrolo (Grasmick et al., 1993). Estas abordagens oferecem contributos distintos e complementares. Por um lado, a Teoria do Comportamento Planeado parte do pressuposto de que o comportamento humano é deliberado e motivado por atitudes, normas sociais e pela perceção de controlo sobre a ação (Ajzen, 1991) Por outro lado, a Teoria Geral do Crime coloca em destaque o papel do autocontrolo como fator determinante na propensão para o crime, sugerindo que baixos níveis de autocontrolo estão associados a comportamentos impulsivos e delinquentes (Gottfredson & Hirschi, 1990).

Neste contexto, torna-se relevante refletir sobre o papel das condições socioeconómicas, das experiências de socialização precoce e das redes sociais na construção das intenções e oportunidades de agir criminalmente. A escolha de traficar droga pode emergir como uma alternativa percebida num contexto de escassez de recursos, influência de pares ou ausência de perceção do risco, o que sublinha a complexidade do processo de decisão.

A articulação entre os fatores psicológicos (como o autocontrolo) e sociais (como as normas subjetivas) permite uma compreensão mais profunda das motivações subjacentes ao envolvimento no tráfico de droga. Ao aplicar os questionários presentes nesta investigação, pretende-se contribuir para a compreensão científica dos fatores preditivos da intenção criminal no crime de tráfico de droga.

## **CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

### **1. Comportamento criminal**

O comportamento delinvente pode ser descrito como qualquer conduta de violação da lei, num determinado tempo e espaço (Alves, 2024).

Segundo o Código de Processo Penal português (Decreto-lei nº 78/87, de 17 de fevereiro) o “crime” é “o conjunto de pressupostos de que depende a aplicação ao agente de uma pena ou de uma medida de segurança criminais”. Ou seja, entende-se que o crime é uma conduta humana, ilícita, tipificada na lei como crime, culposa e punível.

Neste sentido, afigura-se importante distinguir o comportamento delinvente dos restantes comportamentos humanos. Segundo Gallo (2010) é importante observar as consequências de um determinado comportamento, bem como os valores sociais de uma determinada comunidade; se o indivíduo adotar algum comportamento infrator de uma norma social este irá ser percebido como criminoso aos olhos dessa mesma sociedade.

A conduta delinvente também pode ser descrita como a execução de atos proibidos legalmente, que violam as normas sociais e os valores morais e tradicionais, e que tendem a transformar-se em consequências recompensadoras para o infrator (Andrews & Bonta, 2010). Estes atos criminosos estão inseridos num conjunto mais geral de comportamentos, denominados de “comportamentos problema” ou “comportamentos desviantes” (Ullmann & Krasner, 1976). Ullmann e Krasner (1979) entendem que “comportamento delituoso” é todo o ato antissocial que se traduz na possibilidade de o seu infrator ser o foco de atenção da Justiça.

Entre diversos delitos criminais existe um com características muito especiais: o tráfico de droga. O próximo tópico fala sobre o conceito de tráfico de droga, o seu enquadramento legal e os seus impactos nacionais e internacionais.

### **2. Tráfico de droga**

Em Portugal, tal como em muitos outros países, o tráfico de droga continua a ser uma das principais preocupações e áreas de atuação do crime organizado (UNCTE, 2025).

A maior motivação dos grupos criminosos que operam neste tipo de crime são os elevados ganhos monetários, fazendo com que o tráfico de droga seja considerado o maior mercado criminal na União Europeia (RASI, 2025).

Segundo a WHO (*World Health Organization*, 2023), o termo “droga” está definindo como sendo qualquer substância que, quando ingerida, pode modificar uma ou mais das funções do organismo. Esta definição inclui não apenas medicamentos, como também outras substâncias farmacologicamente ativas. Pode, ainda, ser definida como qualquer substância que afete as funções mentais (e.g. humor, cognição e comportamento de uma forma generalizada; *World Health Organization*, 2023).

Analisando a relação droga-criminalidade, entende-se que é um construto bastante complexo, tendo em conta que o tráfico está muitas vezes inserido numa estrutura organizada e com metodologias próprias que vão desde a produção até à venda (Filho & Pinto, 2024).

## **2.1. Enquadramento legal**

Desde 2001 que o uso, a aquisição e a posse de drogas não é um comportamento criminalizado em Portugal (desde que a quantidade em posse não ultrapasse o equivalente a 10 doses diárias; Rêgo et al., 2021). Esta mudança de política teve como objetivo dar prioridade à prevenção e ao tratamento, assim como reduzir a importância atribuída à sanção, entendendo-se assim o consumo como um problema de saúde pública (Neto, 2016). O panorama do consumo de droga em Portugal gerou um problema complexo, onde se procurou equilibrar com eficácia a criação de políticas capazes de responder ao estigma e exclusão que os consumidores sofrem, sem esquecer a parte humana e social (Neto, 2016). Nesse sentido pode-se entender que, no Decreto-Lei nº 15/93, de 22 de janeiro, se faça a distinção entre dois tipos de consumidores: os dependentes e os não dependentes.

Contudo, mesmo com todas as alterações desenvolvidas ao longo dos anos no que toca ao consumo, o tráfico de droga manteve-se tipificado como crime. O tráfico de droga encontra-se tipificado no Decreto-Lei nº 15/93, de 22 de janeiro, mais comumente referido como a Lei da Droga. Neste diploma entende-se que o cultivo, a produção, a fabricação, a extração, a preparação, a oferta, a venda, a distribuição, a compra, a

cedência, o recebimento, o transporte, a importação, a exportação, o trânsito e a detenção de plantas, substâncias ou preparações é crime. O cometimento deste ato ilícito pode ter uma moldura penal de quatro a doze anos, ou de um a cinco anos, dependendo das substâncias em causa. A pena pode ainda ser aumentada nos seus limites mínimos e máximos em situações agravadas (e.g. quando as substâncias ou preparações forem entregues ou forem destinadas a menores de idade; quando as substâncias ou preparações forem alteradas ou adulteradas por manipulação ou mistura aumentando, assim, o perigo quanto à vida ou quanto à integridade física do consumidor; quando as substâncias ou preparações forem distribuídas a um grande número de pessoas; DL nº 15/93).

Está também tipificado na lei portuguesa o comportamento análogo de “tráfico de menor gravidade”, onde a ilicitude do ato é consideravelmente diminuída, devido aos meios utilizados, à modalidade ou circunstâncias de atuação e à quantidade e qualidade das substâncias. É, ainda, de ressaltar que se durante o ato criminoso se comprovar que o indivíduo promoveu, fundou ou financiou um grupo de duas ou mais pessoas que atuam concertadamente, este ato será punido com uma pena de prisão de dez a vinte e cinco anos, incorrendo na prática do crime de associação criminosa (DL nº 15/93).

## **2.2. Impacto nacional do tráfico de droga**

Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (2025), Portugal tem sido um país de destino de diversas drogas para o abastecimento dos circuitos ilegais nacionais. A droga que conta com mais apreensões (4.448) em Portugal é a canábis (haxixe) e a cocaína é a substância com maior quantidade apreendida (23.011,89 Kg; UNCTE, 2025).

No que concerne a bens e valores apreendidos, tópico de análise de grande relevância, as viaturas, as armas, as embarcações, os telefones por satélite e os valores monetários são itens importantes de serem analisados. Em 2024, relativamente a 2023, foram apreendidas mais 44,8% viaturas, mais 37,7% armas, menos 56,3% embarcações, menos 94,3% telefones por satélite e menos 7,7% de valores monetários (apesar de se ter confirmado um aumento significativo de valores apreendidos em moeda estrangeira; UNCTE, 2025).

Os grupos criminosos que têm o tráfico de droga como atividade caracterizam-se como sendo, por norma, bastante organizados, com grandes conexões com outros países europeus e de outros continentes e com grande capacidade tecnológica (RASI, 2025). Geralmente fazem uso das novas tecnologias como, por exemplo, as redes sociais, a *deep web* e a *dark web* (RASI, 2025). Costumam ter células de apoio logístico em outros países, contando com prestadores de serviço, e os seus centros de decisão costumam localizar-se noutros países europeus e da América Latina (RASI, 2025).

Nesta próxima etapa falar-se-á das quatro drogas mais apreendidas em Portugal no ano de 2024: cocaína; canábis; heroína; ecstasy (UNCTE, 2025).

### **i). Cocaína**

A quantidade apreendida de cocaína no ano passado regista o maior valor desde 2006, atingindo o total de 23.011,89. Kg, um aumento de 5,9% face a 2023 (UNCTE, 2025). Por outro lado, o número de apreensões diminuiu cerca de 21,9% face a 2023 (UNCTE, 2025).

O meio mais utilizado para transportar cocaína foi o marítimo (87,2%; UNCTE, 2025). Os grupos criminosos continuam a utilizar Portugal como uma plataforma de trânsito, sendo a maior parte distribuída depois para outros países europeus. Desde 2021 que a origem da cocaína que passa por território nacional tem mudado, sendo que em 2021 era o Brasil, em 2022 era a Colômbia, em 2023 era o Equador e em 2024 era a Colômbia novamente (UNCTE, 2025).

Os distritos onde a cocaína foi apreendida em maiores quantidades foi em Setúbal, Lisboa, Leiria, Aveiro, Porto e Vila Real e os distritos onde a cocaína foi mais vezes apreendida foi em Lisboa, Porto, Faro, Setúbal e Coimbra (UNCTE, 2025).

Quanto aos intervenientes, de um total de 1.884 indivíduos, 1.553 foram detidos (UNCTE, 2025). Na sua maioria são indivíduos do sexo masculino (86,9%), de nacionalidade portuguesa (73,6%), com 40 anos ou mais (32,6%; UNCTE, 2025).

No que concerne ao preço por grama, em 2024, estava nos 37,49€; UNCTE, 2025).

## **ii). Canábis (haxixe)**

A quantidade apreendida de canábis no ano passado regista o total de 7.343,91 Kg., diminuindo em 80,6% em relação a 2023 (UNCTE, 2025). O número de apreensões também diminuiu em 1.358 em relação a 2023 (UNCTE, 2025).

O meio mais utilizado para transportar a canábis foi o marítimo (68,5%; UNCTE, 2025). Os grupos criminosos continuam a utilizar Portugal como uma plataforma de trânsito, sendo a maior parte distribuída depois para outros países, como o Reino Unido em particular. A origem da canábis é, por norma, Espanha e Marrocos (UNCTE, 2025).

Os distritos onde a canábis foi apreendida em maiores quantidades foi em Faro, Setúbal, Braga, Lisboa, Porto e Açores e os distritos onde a canábis foi mais vezes apreendida foi em Lisboa, Porto, Setúbal e Faro (UNCTE, 2025).

Quanto aos intervenientes, na sua maioria são indivíduos do sexo masculino (92%), de nacionalidade portuguesa (79,3%), entre os 21 e 29 anos (41,7%; UNCTE, 2025).

No que concerne ao preço por grama, em 2024, estava nos 3,12€; UNCTE, 2025).

## **iii). Heroína**

Em 2024 verificou-se um aumento de 127,7% nas quantidades apreendidas face a 2023, atingindo o valor mais alto desde 2020 (UNCTE, 2025). O número de apreensões manteve a tendência de descida que já se tinha verificado em 2022, fixando-se em menos 415 apreensões do que em 2023 (UNCTE, 2025).

O meio mais utilizado para transportar a heroína foi o terrestre (60,4%), seguindo-se o aéreo com 21,3% (UNCTE, 2025). Portugal foi utilizado como país de destino, mas também como uma plataforma de trânsito, tendo a maior parte origem em Espanha, Alemanha e Angola (UNCTE, 2025).

Os distritos onde a heroína foi apreendida em maiores quantidades foi em Lisboa, na Madeira e no Porto e os distritos onde a heroína foi mais vezes apreendida foi no Porto, em Lisboa e em Faro (UNCTE, 2025).

Quanto aos intervenientes, na sua maioria são indivíduos do sexo masculino, de nacionalidade portuguesa (84,8%), com mais de 40 anos (48,7%; UNCTE, 2025).

No que concerne ao preço por grama, em 2024, estava nos 23,07€ (UNCTE, 2025).

**iv). Ecstasy (1 grama = 10 comprimidos)**

Em 2024 verificou-se um aumento de 138,3% nas quantidades apreendidas face a 2023, atingindo o valor de 91.054 unidades (UNCTE, 2025). O número de apreensões registou menos 183 casos que em 2023 (UNCTE, 2025). A média por apreensão, em 2024, foi de 3.458 comprimidos, sendo que em 2023 a média estava nos 113 comprimidos (UNCTE, 2025).

O meio mais utilizado para transportar ecstasy foi o terrestre (90,3%; UNCTE, 2025). (UNCTE, 2025). Os maiores países de origem foram o Canadá, Espanha e Portugal, cujos destinos foram Portugal para os dois primeiros países de origem e depois Alemanha para o último (UNCTE, 2025).

Os distritos onde o ecstasy foi apreendido em maiores quantidades foi em Lisboa, no Porto, na Madeira, em Setúbal, em Castelo Branco e em Leiria e os distritos onde o ecstasy foi mais vezes apreendida foi em Lisboa, em Faro, em Setúbal e no Porto (UNCTE, 2025).

Quanto aos intervenientes, na sua maioria são indivíduos do sexo masculino (89%), de nacionalidade portuguesa (71,5%), entre os 21 e 29 anos (48,2%; UNCTE, 2025).

No que concerne ao preço por grama, em 2024, estava nos 13,68€ e por comprimido estava nos 5,99€ (UNCTE, 2025).

**2.3. Impacto internacional do tráfico de droga**

Segundo a *European Union Agency for Law Enforcement Cooperation* (2022), o crime de tráfico de droga é uma das maiores preocupações da União Europeia (UE) no que diz respeito ao combate da criminalidade organizada.

Apesar de a prática deste crime poder ser assegurada por grupos pequenos, existem também grandes redes criminosas que apresentam uma atividade alargada no tráfico de droga (*International Criminal Police Organization*, 2024). Estas redes tendem a traficar diferentes tipos de drogas, nomeadamente drogas naturais, semissintéticas e sintéticas (*International Criminal Police Organization*, 2024). Estas redes contam também com a colaboração de um conjunto de pessoas, que vão garantindo que todo o processo seja assegurado; é comum que estas redes contem com produtores, transportadores,

fornecedores, entre outros colaboradores de diversas áreas (*International Criminal Police Organization*, 2024).

O *Serious and Organised Crime Threat Assessment* (SOCTA) é o principal relatório analítico da Europol que fornece informações sobre a situação em que se encontra a criminalidade grave e organizada na União Europeia e é publicado de quatro em quatro anos. É importante entender o impacto das diferentes áreas criminais organizadas para que se consiga assumir as prioridades de atuação e prevenção; o tráfico de droga é considerado uma dessas prioridades (SOCTA, 2021).

O tráfico de droga é uma atividade ilícita global em constante evolução com impacto em todos os Estados-Membro (SOCTA, 2025). Os grupos criminosos envolvidos neste tipo de ato representam uma ameaça crescente que se prevê que se continue a intensificar, tendo em conta que tanto a procura como a venda da maioria das substâncias permanecem elevadas, tal como os lucros financeiros que daí advêm (SOCTA, 2025). A produção e a venda de substâncias ilícitas têm consequências negativas, especialmente ao nível da saúde pública (SOCTA, 2025). Os grupos criminosos recorrem a práticas que os ajudam a manter e impulsionar o tráfico, os chamados “crimes conexos”, tais como a corrupção, a violência e o branqueamento de capitais (SOCTA, 2025).

O mercado ilícito no continente europeu caracteriza-se pela sua disponibilidade abrangente de substâncias, sejam mais naturais ou mais alteradas e combinadas (SOCTA, 2025). É uma atividade altamente rentável e apelativa para os grupos criminais, que são conhecidos por serem grupos perigosos que se aproveitam das infraestruturas e serviços legais com o objetivo de braquear os lucros ilegais (SOCTA, 2025).

A União Europeia desempenha vários papéis neste contexto: ponto de origem, trânsito e destino (SOCTA, 2025). A produção de canábis e drogas sintéticas é bastante abrangente na UE, seja para consumo próprio ou para exportação (SOCTA, 2025). A violência associada ao tráfico de droga também é um fator significativo na análise deste fenómeno, contribuindo para o clima de insegurança comunitária (SOCTA, 2025).

Após se entender melhor os diferentes elementos que caracterizam o tráfico de droga, é agora importante abordar teorias que procurem explicá-lo.

### 3. Modelos criminológicos explicativos do tráfico de droga

De acordo com as perspectivas mais tradicionais de processo de tomada de decisão a intenção é guiada por um processo reflexivo e racional, onde os indivíduos ponderam os custos/benefícios das suas ações antes de tomar uma decisão (Becker, 1968; Cornish & Clarke, 1987). Nessa linha de pensamento, as emoções seriam vistas como secundárias - ou seja, o processo de decisão seria uma avaliação entre os prós e os contras (Gelder, 2017). Nesse sentido se o indivíduo sentir que se irá arrepender de adotar o comportamento isso contaria como um custo, caso contrário contaria como um benefício (Gelder, 2017). Contudo, existem estudos que avaliam esta abordagem como insuficiente e imprecisa, propondo que as emoções têm um papel preponderante na tomada de decisão (Gelder, 2017).

As chamadas “*dual-process theories*” são bastante abordadas na Psicologia (Epstein, 1994; Metcalfe & Mischel, 1999; Kahneman, 2011; Evans & Stanovich, 2013). Todas se baseiam na premissa de que o processo de tomada de decisão tem como pilar dois tipos de processos mentais diferentes, cada um com características próprias (Gelder, 2017). Nestas teorias entende-se que a tomada de decisão de adotar ou não um comportamento criminal, não depende exclusivamente de fatores dispersos como o raciocínio, o impulso ou a motivação, visto que a premissa é de que a mente humana funciona de duas maneiras diferentes quando se depara com alguma decisão (Strack & Deutsch, 2004). A primeira maneira caracteriza-se como sendo automática e inconsciente, que advém das experiências pessoais do indivíduo e que não depende de muito esforço mental (Gelder, 2017). Recorrendo a um exemplo, imagine-se um jovem que vive num ambiente social disfuncional, onde as pessoas à sua volta traficam droga, e um conhecido dá-lhe a oportunidade de ganhar muito dinheiro de forma facilitada, o indivíduo não mede as consequências, age por impulso e aceita essa oportunidade de traficar droga. A segunda maneira trata-se de um processo ponderado, mais lento e consciente, onde o indivíduo pesa as consequências (Gelder, 2017). Recorrendo ao mesmo exemplo, esta alternativa de tomada de decisão seria verificada se o mesmo jovem refletisse sobre os riscos e consequências que o ato de traficar droga lhe pode trazer e decidisse não ingressar nesse mundo. Thomas e McGloin (2013) usaram este modelo para analisar de que forma os adolescentes reagem à influência de pares, dependendo do seu nível de impulsividade. Concluíram que os jovens com maiores níveis de impulsividade são mais facilmente influenciados por normas e valores transmitidos pelos seus grupos sociais, sendo que,

nestes casos, os atos delinquentes estão mais ligados a objetivos a longo prazo, como conquistar o respeito no seio do grupo e *status* (Thomas & McGloin, 2013). Treiber (2013) abordou o mesmo modelo numa ótica neurocognitiva, relacionando duas partes do cérebro com o processo de tomada de decisão - parte ventromedial do córtex pré-frontal e parte dorsolateral do córtex pré-frontal. A parte ventromedial está associada a decisões intuitivas e emocionais e a parte dorsolateral ao raciocínio lógico e planeado (Treiber, 2013). Treiber (2013) analisou a ligação entre estas duas funções cerebrais e a criminalidade juvenil, demonstrando que existe uma fraca relação, mas estatisticamente relevante, entre estas duas variáveis, sugerindo que mesmo as pequenas ligações entre o funcionamento do cérebro e o comportamento criminal merecem atenção.

Outro estudo que analisa o processo de tomada de decisão é o de Van Gelder e Vries (2014), onde incentivaram os participantes a tomar decisões com base ou nas emoções ou no raciocínio. Os resultados demonstraram que os participantes que optaram por recorrer às emoções sentiram mais medo, insegurança e preocupação, o que influenciou mais as suas escolhas do que a perceção do risco de punição (Van Gelder e Vries, 2014). Por outro lado, os participantes que escolheram o raciocínio como meio para a tomada de decisão foram mais influenciados pela probabilidade e severidade das consequências (Van Gelder e Vries, 2014). Ou seja, o tipo de pensamento utilizado (emoção ou razão) afetou a forma como os participantes avaliaram os riscos (Van Gelder e Vries, 2014).

Fazendo ponte com o tráfico de droga em específico, Little e Steinberg (2006) apontaram cinco fatores como significativos no aumento da oportunidade de jovens venderem droga – baixa monitorização parental, condições precárias no bairro, poucas oportunidades de um emprego normativo, uso ou abuso de substâncias por parte dos pais e elevados níveis de desvio no grupo de pares. A relação “tráfico de droga-oportunidade” foi parcialmente explicada pela alienação destes jovens perante objetivos convencionais (e.g. educação e emprego) e compromisso com a escola, concluindo que o tráfico de droga está fortemente relacionado com as desvantagens contextuais, como a pobreza e a fraca monitorização parental (Little & Steinberg, 2006). Little e Steinberg (2006) verificaram que, ao observar 605 jovens masculinos infratores entre os 14 e os 17 anos, existem quatro dimensões de maturidade individual – a autonomia, o autocontrole e adiamento da gratificação, a orientação para o futuro e a resistência ao grupo de pares – concluindo que a maturidade tem peso na resistência ao envolvimento no tráfico de droga.

Outros estudos apontam a motivação financeira como o único fator central no tráfico de droga (Campana & Vanese, 2022). Outros fatores apontados como explicação para o tráfico de droga são a demanda de drogas, tendo em conta que tem sido crescente nos últimos anos, e a corrupção, em que se entende que a corrupção em países afetados pelo tráfico de droga pode facilitar a operação de redes de tráfico, permitindo que operem sem medos e repercussões legais (Diwan, 2023).

Na presente dissertação irão destacar-se duas teorias explicativas fundamentais que permitem um maior aprofundamento do processo de tomada de decisão no caso do tráfico de droga: a Teoria da Escolha Racional e a Teoria do Comportamento Planeado.

### 3.1. Teoria da Escolha Racional (Cloward & Ohlin, 1960; Becker, 1968)

A Teoria da Escolha Racional (TER) assume que o comportamento humano e criminal é o resultado da ponderação entre os custos-benefícios que o indivíduo efetua antes de agir. Na Criminologia esta teoria foi especialmente analisada por meio de duas perspetivas - Cloward e Ohlin (1960) com a perspetiva sociológica e Gary Becker (1968) com a perspetiva económica.

Na obra *Delinquency and Opportunity: A Theory of Delinquent Gangs* de Cloward e Ohlin (1960), os autores desenvolveram uma teoria que integra a intenção de delinquir e a existência de oportunidades favoráveis à sua concretização. Ao contrário de Becker (1968), Cloward e Ohlin (1960) partem do pressuposto de que não basta que o indivíduo possua a motivação para delinquir, pois também precisa de ter acesso a oportunidades que vão de encontro a essa motivação. Desta forma, segundo Cloward e Ohlin (1960) a delinquência depende da estrutura social e das subculturas disponíveis nesse contexto.

O primeiro fundamento desta teoria de Cloward e Ohlin (1960) centra-se no facto de que o acesso a oportunidades ilícitas são fruto de uma estrutura desigual, na medida em que, apesar de nem todos os indivíduos que se deparam com sentimentos de frustração e com a falta de meios legítimos para alcançar o sucesso (e.g. dinheiro e poder) cometam crimes, existe um elevado acesso direto ao crime e aos seus intervenientes.

A integração com a Teoria da Anomia de Merton (1938) também é um dos princípios que Cloward e Ohlin (1960) colocaram como fundamental. A Teoria de Merton (1938) explica que o crime é o resultado de uma adaptação à tensão que existe entre os

objetivos normativamente aceites (e.g. sucesso financeiro) e a acessibilidade a esses objetivos por meios legítimos. A única premissa que Cloward e Ohlin (1960) acrescentam é que os meios legítimos não estão distribuídos de forma igual para todas as pessoas.

A importância da estrutura social, da influência de pares e das normas locais como resultado das escolhas disponíveis também é um fundamento defendido do Cloward e Ohlin (1960). Em estudos mais recentes, reforça-se esta abordagem demonstrando que bairros com desorganização social, pobreza e baixa coesão favorecem o surgimento de subculturas criminais (Sampson & Wilson, 1995).

Outro dos fundamentos é a criação de três tipologias de subculturas: subcultura criminal (que surge em sociedades onde o crime organizado já está estabelecido), subcultura conflituosa (que surge em áreas onde não existe nem crime organizado nem coesão social e onde a delinquência é resultado de uma maior impulsividade e os grupos violentos surgem como uma forma de obter respeito e poder através de meios violentos) e subcultura retraída (que surge quando os jovens não encontram vias legítimas para alcançar os seus objetivos e, por isso, tendem a optar por comportamentos desviantes; Cloward & Ohlin, 1960; Shoemaker, 2005).

Oito anos mais tarde, Becker (1968) partiu da TER, mas olhou para a mesma de uma perspectiva económica, referindo que o indivíduo toma racionalmente a decisão de cometer um crime. O indivíduo escolhe se deve ou não cometer um dado comportamento com base na recompensa que espera que advenha do mesmo, resultado de uma comparação entre os benefícios e os custos esperados (Becker, 1968). Neste modelo entende-se que o indivíduo pesa os custos e os benefícios da sua ação e, caso os benefícios se sobreponham aos custos, ele sentir-se-á mais impelido a passar ao ato (Santoro et al., 2020). Fatores como a severidade, a certeza e a celeridade da punição também têm um peso preponderante neste processo de tomada de decisão (Becker, 1968).

Becker (1968) desenvolveu uma fórmula onde relaciona todos os fatores decisivos para a decisão criminal; esta fórmula associa o benefício esperado, a probabilidade de ser apanhado, a severidade da punição, os custos de oportunidade e os custos psíquicos e morais (Shikida et al., 2019). Quanto aos benefícios esperados do crime, Becker (1968) refere-se a lucros monetários que o indivíduo espera obter com o ato criminoso e,

quanto à probabilidade de ser apanhado, entende que o agente pesa essa opção e caso essa probabilidade for significativa o indivíduo tende a não cometer o crime. A severidade da punição refere-se à magnitude da pena (e.g. pena de prisão; multa) no caso de o sujeito do crime ser apanhado, os custos de oportunidade estão associados à perda de ganhos legais alternativos (e.g. emprego) que, ao estar a cometer o crime, se perdem e, por fim, os custos psíquicos e morais em que surgem fatores como a culpa moral, o medo social, a ansiedade, o arrependimento, o estigma e a vergonha (Becker, 1968; Cornish & Clarke, 1987; Moffitt, 1993; Sampson & Laub, 1993; Nagin, 1998; Tonry, 2008).

O tráfico de droga é, segundo esta teoria, percebido como um crime económico, levando em consideração que a principal motivação tende a ser a margem significativa de lucro financeiro (Santoro et al., 2020). Em suma, a proposta de Becker (1968) integra uma lógica racional do comportamento criminal, não deixando de reconhecer que existem fatores psicológicos e contextuais que têm também um papel nessa ponderação.

Contudo, tanto o modelo de Cloward e Ohlin (1969) como o de Becker (1968) sofreram algumas críticas. Clarke (1997) entende que a TER é eficaz para explicar apenas os crimes económicos e patrimoniais visto que assume que alguns crimes são mais impulsivos e emocionais e não puramente racionais, demonstrando que os modelos racionais não são suficientemente claros. Elster (1986) acrescenta que os modelos económicos tendem a desconsiderar os fatores normativos e a esquecer o impacto dos mesmos nas escolhas criminais.

### 3.2. Teoria do Comportamento Planeado (Ajzen, 1991)

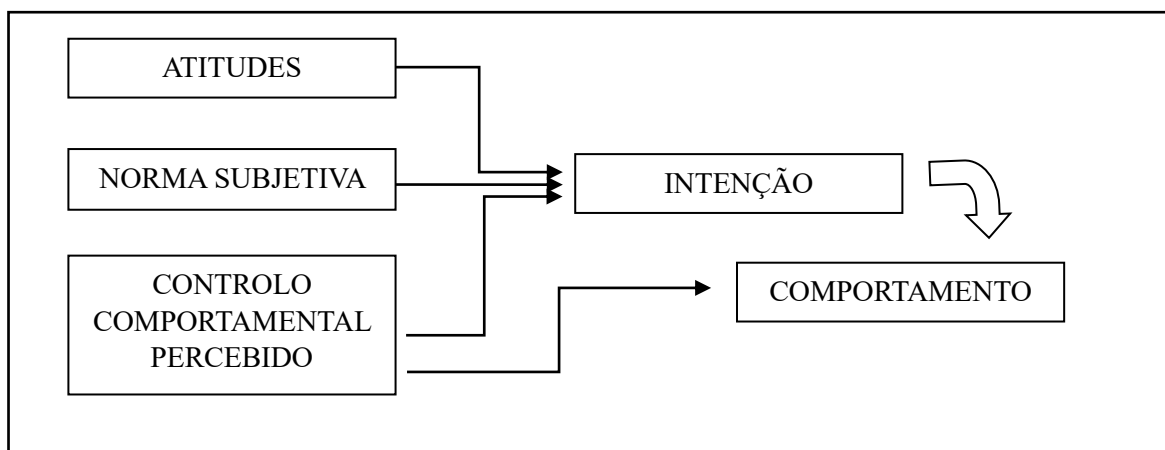
A teoria do comportamento planeado foi desenvolvida por Ajzen em 1991 com o intuito de prever e explicar o comportamento humano em diferentes contextos. Esta teoria assenta na premissa de que o ser humano é racional e que, por isso, faz um uso sistemático da informação disponível quando tem de decidir consumir ou não consumir um dado comportamento, pesando as suas consequências (Ajzen & Fishbein, 1980).

A TCP foi desenvolvida a partir da teoria da ação racional (Ajzen & Fishbein, 1975) que, assim como a TCP, tem a intenção individual como elemento central no processo de tomada de decisão. A esta intenção individual juntam-se os fatores motivacionais,

entendendo-se que as intenções abrangem os fatores motivacionais que influenciam o comportamento em questão e que estas intenções são indicações do nível de esforço que o indivíduo está disposto a fazer para consumir o comportamento (Ajzen & Fishbein, 1975). De um modo geral, quanto mais fortes forem as intenções do indivíduo em praticar o ato mais provável é a consumação do mesmo (Ajzen & Fishbein, 1975). Segundo Ajzen (1991), as intenções fornecem um contributo inerente ao processo comportamental. Contudo, é importante ressaltar que a intenção comportamental apenas é exteriorizada em comportamentos que o indivíduo demonstre vontade e controlo (Ajzen, 1991). Apesar de alguns comportamentos preencherem esse requisito, na sua maioria, a performance depende de fatores não motivacionais - oportunidades e recursos (Ajzen, 1991). De forma ilustrativa, se o indivíduo possuir a intenção de cometer um dado comportamento e contar com a presença de oportunidades e recursos necessários à sua prática, a consumação do ato será efetuada (Ajzen, 1991; Armitage & Conner, 2001). A forte associação encontrada entre as intenções e o comportamento pode ser justificada pelo facto de a intenção ser usada como um ponto de ligação para a conduta que, ao ser estudada juntamente com as variáveis subjacentes, surtem efeito no seu desfecho (Friedman et al., 2004). Segundo Ajzen (1988) a intenção do indivíduo face ao comportamento é moldada e justificada por três fatores fundamentais: as atitudes individuais face ao comportamento; a pressão social relativamente à consumação do comportamento; o controlo comportamento percebido pelo indivíduo.

A imagem ilustra, em forma de esquema, a teoria do comportamento planeado (Ajzen, 2001).

**Figura 1-** Esquema da Teoria do Comportamento Planeado



De seguida serão analisadas mais a fundo as três componentes da TCP e a forma como a sua operacionalização é efetuada.

### **As Atitudes**

O vocábulo “atitudes” tem origem no termo latino *aptus*, que traduzido significa preparado ou disposto a agir (Hogg & Vaughan, 2011). Esta noção remete para algo capaz de ser identificado por meio de observação direta, divergindo em certa medida da conceção contemporânea de atitude, pois entende-se que a atitude é uma construção teórica que, embora não seja diretamente observável, antecede o comportamento e orienta as decisões e preferências do indivíduo (Próspero-Luís, 2014). Allport (1935) define o termo “atitude” como sendo uma predisposição mental e neuronal, moldada pela experiência, que orienta a resposta do indivíduo em determinados contextos.

Nos anos 30 do séc. XX, assistiu-se a uma viragem concetual e experimental com o desenvolvimento de instrumentos e escalas de avaliação aplicadas através de questionários e assistiu-se a três momentos chave ao longo dos tempos no que concerne ao estudo das atitudes. Nos anos 20 e 30, houve um foco na explicação do fenómeno das atitudes e na relação que estas têm com o comportamento em si, nos anos 50 e 60 focou-se no estudo das atitudes centrado nas dinâmicas que são subjacentes à sua mudança e nos anos 80 e 90 houve uma maior atenção no que toca às estruturas cognitivas, sociais e do funcionamento das atitudes e dos seus sistemas (McGuire, 1986).

As atitudes têm um papel fundamental no funcionamento psicológico do ser humano, visto que é com recurso a elas que os indivíduos constroem e reagem a eventos; estas são as crenças que o indivíduo possui acerca do comportamento em questão (Hogg & Vaughan, 2011). Estas atitudes configuram a sua avaliação individualizada das vantagens e desvantagens percebidas que aquele comportamento poderá trazer (Ajzen, 1991). Pode-se dizer que estas estão ligadas aos sentimentos e que são moldadas de acordo com o conhecimento que o indivíduo possui acerca daquele comportamento (Ajzen, 1991).

Ao longo da vida adquirem-se várias crenças acerca de diversos comportamentos e são estas crenças que determinam as atitudes de cada indivíduo; essas crenças podem

persistir ao longo da vida ou enfraquecer com o passar do tempo e experiência (Ajzen, 1991). Apesar de, com o tempo, se irem formando novas crenças, na hora de adotar um comportamento apenas um número pequeno de crenças é considerado no processo de tomada de decisão (Ajzen, 1991). As atitudes constituem a ideia de favorecimento que o indivíduo possui relativamente à consumação de um determinado comportamento. É através deste fator que os diversos fatores exteriores se fazem sentir na intenção (Carpenter & Reimers, 2005).

Segundo Ajzen (1988), as atitudes refletem o grau de valorização e atratividade que um indivíduo atribui a determinado comportamento. Entende-se que quanto mais positiva for a avaliação que o indivíduo faz sobre as consequências do ato, maior será a intenção de o cometer (Ajzen, 1988). Segundo Smith e colegas (1956), as atitudes funcionam como mecanismos de poupança de recursos cognitivos, fazendo com que o indivíduo não necessite de pensar intensivamente na forma como deve reagir/responder num dado contexto.

Abordando a importância do estudo das atitudes, entende-se que é fundamental estudá-las para que se consiga avaliar a probabilidade que determinado indivíduo tem de consumir um dado comportamento, assegurando a ideia de que os comportamentos humanos poderão ser alterados se as atitudes também o forem. Contudo, ao longo do tempo, foi-se percebendo que esta ligação atitudes-comportamento não é uma relação estritamente dualista; esta relação poderá ser sujeita a variáveis externas (e.g. melhor ou pior acessibilidade às atitudes; Mackie & Goethals, 2000).

Ao longo dos anos, a compreensão do funcionamento das atitudes foi alvo de diversas pesquisas e foi utilizado como base na criação de modelos e teorias. Destaca-se o Modelo da Integração de Informação defendida por Anderson (1971), onde se entende que os indivíduos recorrem a um conjunto de informações para conseguirem criar crenças acerca de pessoas, objetos e acontecimentos. Os indivíduos não formam as suas crenças com recurso a apenas uma informação isolada, mas sim recorrendo a um processo de integração de múltiplos elementos informativos, organizando-os cognitivamente com base na sua importância (Anderson, 1971).

Após uma exploração concetual das atitudes e do seu funcionamento, torna-se pertinente aprofundar a relação existente entre as mesmas e o comportamento. Esta ligação constitui o fundamento do modelo proposto por Ajzen e Fishbein (1975) que,

por sua vez, serve de base teórica para a presente investigação. Hogg e Vaughan (2011) colocam a questão central: qual o verdadeiro propósito de estudar as atitudes, uma vez que não existe uma definição global e consensual na comunidade científica. Segundo os autores o estudo das atitudes contribuiu, até certo ponto, para antecipar o comportamento humano concluindo, por isso, que é possível modificar comportamentos se se manipular as atitudes (Hogg & Vaughan, 2011).

Segundo Hogg e Vaughan (2011), é também importante relacionar as atitudes com as crenças e intenções do sujeito. Nesta interação é fundamental analisar as crenças de forma a entender qual o peso das mesmas na vida no indivíduo, na medida em que algumas crenças terão maior peso do que outras no ato final. A medição das crenças efetua-se com recurso ao método *expectancy-value*, onde se pondera as expectativas do indivíduo quanto às consequências (positivas e negativas) do ato e o valor (positivo e negativo) que o indivíduo atribuiu a cada uma dessas consequências (Francis et al., 2004).

Para uma melhor compreensão da medição das crenças, atente-se a este exemplo: um indivíduo detido pela primeira vez por tráfico de droga pode apresentar um conjunto específico de crenças associadas a esta atividade ilícita, bem como relativamente à alternativa de um estilo de vida legal. A força da crença é determinada por uma estimativa de probabilidade, variando de 0 (completa descrença) a 1 (completa crença). Neste cenário, o indivíduo poderá acreditar que o tráfico de droga proporciona altos lucros com pouco esforço (1.00) e, por sua vez, atribuir um valor altamente positivo (+2) a essa consequência (lucro fácil). Ao multiplicar a força da crença (1.00) pelo valor que a mesma tem para o indivíduo (+2), chega-se ao resultado de +2. Este resultado demonstra a intenção elevada que o indivíduo apresenta em traficar droga novamente.

De um ponto de vista criminológico, é importante referir a Teoria da Escolha Racional defendida por Cornish e Clarke (1987). O indivíduo escolher racionalmente praticar um delito é a principal premissa deste modelo, uma vez que o planeia e reflete sobre os custos-benefícios/vantagens-desvantagens do mesmo (Cornish & Clarke, 1987). Este processo assemelha-se à tomada de decisão de comportamentos normativos (Felson, 2002). Segundo Clarke (2008), o comportamento delituoso é percebido como algo intencional, pensado e ponderado racionalmente pelo indivíduo, onde se pesa a probabilidade de acontecer o esperado. Este processo também depende da existência ou inexistência de recursos imprescindíveis ao cometimento do ato e da informação

disponível (Cornish & Clarke, 1987), assemelhando-se com a teoria do comportamento planejado de Ajzen (1991).

### **A Norma Subjetiva (NS)**

A componente social deste modelo é a norma subjetiva. Este fator reflete a percepção que o indivíduo possui relativamente à opinião de outros indivíduos face ao seu comportamento (Ajzen, 1991). A NS diz respeito à pressão familiar e de pares que se vão alterando consoante as opiniões e ideias dos mesmos. Baseando-se nesta premissa, quanto mais o indivíduo julga que os seus pares concordam com o comportamento em questão, maior será a intenção de cometê-lo (Ajzen, 1991; Carpenter & Reimers, 2005).

Neste fator social condensa-se a pressão percebida pelo indivíduo para executar ou não uma dada conduta (Beck & Ajzen, 1991). As duas componentes interativas que formam a norma subjetiva são as crenças individuais sobre a forma como o indivíduo julga que os seus pares de referência gostariam que este se comportasse, e o valor que o indivíduo atribui a cada um destes grupos de referência (Francis et al., 2004). Recorrendo a um exemplo, imagine-se um jovem inserido num contexto social onde o tráfico de droga é amplamente normalizado entre os seus pares e familiares. Este tipo de influência pró-criminal reflete a importância que esta componente social pode ter na decisão final do indivíduo em traficar droga.

Efetivamente, pode-se dizer que a pressão social normativa é um dos elementos com maior importância na modificação comportamental (Hogg & Vaughan, 2022). Segundo Sherif (1936), os indivíduos necessitam de obter validação dos seus comportamentos e de ter a certeza de que o ato que estão a praticar é visto com bons olhos. Contudo, quando um indivíduo está confiante em relação ao comportamento a adotar, a influência de pares tende a perder importância; o contrário acontece quando o indivíduo está com dúvidas se deve ou não praticar o ato em questão e acaba por agir de forma idêntica à praticada pelo grupo social, acabando por existir por si só um consenso interno (Sherif, 1936).

Os indivíduos estão inseridos em grupos ao longo de toda a sua vida, visto que trabalham, interagem socialmente e praticam atividades diversas em inúmeros contextos coletivos (Hogg & Vaughan, 2018). Estes grupos desempenham um papel fundamental

na construção da identidade e nos estilos de vida adotados (Hogg & Vaughan, 2018). A pertença a certos grupos sociais contribui para moldar diversos aspetos individuais, sociais e culturais de todos os sujeitos, nomeadamente tópicos mais comuns como o idioma, os valores e princípios e os aspetos culturais, fazendo com que a individualidade de qualquer sujeito se veja restrita (Hogg & Vaughan, 2018). Qualquer grupo social tem as suas próprias características (e.g. número de integrantes; crenças; valores; Hogg & Vaughan, 2018). As normas acabam por se formar a partir da interação social em momentos de incerteza (Sherif, 1936).

Asch (1951), num dos seus estudos em que o objetivo principal era perceber se os indivíduos tendem a seguir o consenso do grupo social em que estão inseridos, demonstrou que efetivamente a grande maioria dos indivíduos tende a seguir a norma do grupo, criando uma referência coletiva. Esta tendência foi justificada pelos indivíduos como resultado da incerteza que sentiram durante as diversas opiniões manifestadas ou para não se sobressaírem por terem uma opinião diferente da maioria do grupo (Sherif, 1936). Este fenómeno reflete uma conformidade às normas por parte destes indivíduos. Estes dados sugerem que o receio de ser criticado ou excluído socialmente está entre os principais motivos para a conformidade com normas sociais.

Estudos complementares (Asch, 1951; Deutsch & Gerard, 1995) demonstraram que, mesmo quando os participantes respondiam isoladamente, a influência informacional do grupo mantinha-se presente, com uma taxa de conformidade de cerca de 23%. Asch (1952) demonstrou que a conformidade aumenta com o número de membros em consenso, embora esse aumento se estabilize após atingir um certo ponto. Wilder (1977) contribuiu com a ideia de que não é apenas o número de indivíduos no grupo que importa, mas sim quantas fontes independentes de informação o indivíduo percebe. A unanimidade também se revelou um fator crítico, apesar da simples presença de um membro dissidente poder reduzir por si só a conformidade (Morris & Miller, 1975; Asch, 1952; Shaw, Rothschild & Strickland, 1957).

No que respeita às formas de influência social, distingue-se a influência informacional, que leva os indivíduos a aceitar as opiniões dos outros como válidas quando não estão seguros das suas próprias perceções e a influência normativa, em que o indivíduo se conforma para evitar a reprovação do grupo e garantir a aceitação social (Festinger, 1950, 1954; Suls & Wheeler, 2000). Esta última apenas opera quando o grupo tem

poder para sancionar ou recompensar o comportamento do indivíduo (Hogg & Vaughan, 2011).

A Teoria da Identidade Social, proposta por Tajfel e Turner (1979), introduziu a ideia de “influência informacional referencial” que acontece quando o indivíduo se identifica com um grupo e tende a internalizar as normas desse grupo como parte do seu autoconceito. A conformidade não ocorre para evitar rejeição ou procurar certezas, mas porque a pessoa se vê como um membro do grupo. As normas partilhadas tornam-se, assim, parte do seu comportamento, mesmo na ausência de pressão direta (Hogg & Vaughan, 2011).

A Teoria de Moffitt (1993), na tentativa de entender as trajetórias criminais, também se demonstrou relevante ao explorar a componente social do comportamento criminal, desenvolvendo um modelo com dois tipos de delinquentes: delinquentes limitados à adolescência e delinquentes persistentes. Para entender a componente social afigura-se mais relevante analisar os delinquentes limitados à adolescência, que se caracterizam como sendo indivíduos que adotam comportamentos delinquentes durante o período da adolescência, formando uma trajetória mais curta e efêmera e que, por norma, adotam comportamentos como resultado de uma afiliação a pares desviantes e da sua própria imaturidade (Moffitt, 1993).

A operacionalização da NS na TCP acontece por meio da multiplicação entre a expectativa e o valor – ou seja, entre aquilo que o indivíduo acha que pensam sobre o seu comportamento e o valor que o indivíduo atribui a esses julgamentos.

Por fim, esta discussão da norma subjetiva é particularmente relevante no contexto da Teoria do Comportamento Planeado. Ajzen e Fishbein (1991) entendem a influência social como um dos pilares fundamentais na explicação da intenção comportamental. A compreensão dos mecanismos que sustentam a influência grupal permite uma abordagem mais robusta à previsão do comportamento humano.

### **O Controle Comportamental Percebido (CCP)**

O controle comportamental percebido (CCP) está ligado à percepção do indivíduo sobre o controle que este julga ter sobre o comportamento em causa; esta variável pondera os elementos facilitadores e obstáculos percebidos à realização do comportamento (Ajzen,

1991) – ou seja, o CCP é uma dimensão que engloba as habilidades que o indivíduo julga que possui, ou não, para adotar aquele comportamento, facilitando ou inibindo a sua ação (Ajzen, 1991). Entende-se que quanto mais o indivíduo tiver informações sobre estes facilitadores e obstáculos, maior será o controlo percebido pelo mesmo (Madden et al., 1992).

O controlo comportamental percebido, no presente modelo teórico, pode ser visto como muito compatível com o conceito de “autoeficácia percebida” (*Perceived Self-Efficacy*) avançado por Bandura (1982). Segundo Bandura (1982) este conceito está relacionado com a forma como alguém executa as ações necessárias para lidar com situações futuras. Entende-se que as crenças acerca da autoeficácia podem influenciar a escolha, a preparação e o esforço de cada comportamento (Ajzen, 1991). Recorrendo a um exemplo, considere-se um indivíduo que acredita possuir os recursos e competências necessárias para começar a traficar droga. Mesmo que este indivíduo reconheça os riscos que esta atividade ilícita pode trazer, a sua percepção da capacidade que possui para os realizar, aumenta a probabilidade de desenvolver a intenção de agir.

O CCP contém efeitos indiretos e diretos sobre o comportamento (Ajzen, 1991). Os efeitos indiretos ocorrem quando o indivíduo acredita que tem controlo sobre os fatores necessários à prática do comportamento, aumentando a sua intenção de consumação e, conseqüentemente, a probabilidade de o comportamento efetivamente acontecer (Ajzen, 1991). Recorrendo a um exemplo, se um indivíduo acreditar que tem acesso facilitado a redes de tráfico na sua zona de residência e que tem conhecimento sobre os códigos de conduta inerentes a grupos que traficam, a sua intenção de traficar droga aumentará e, por conseguinte, a probabilidade de traficar também.

Os efeitos diretos ocorrem quando o indivíduo, apesar de não ter a intenção de cometer o ato em questão, possui um nível de controlo elevado e sente que pode fazer com que o comportamento aconteça (Ajzen, 1991; Ajzen, 2002). Recorrendo a um exemplo, se um indivíduo não apresentar a intenção de continuar a traficar droga, mas viver num ambiente desfavorecido onde o tráfico de droga é a única fonte de rendimento, o indivíduo sentirá que não consegue deixar de estar envolvido na prática, aumentando a probabilidade de continuar a traficar.

O CCP não só atua diretamente sobre o comportamento em questão quando representa a perceção individual dos recursos disponíveis, como também fortalece a relação entre a intenção e o cometimento da ação em si (Ajzen, 2002; Hagger et al., 2022).

### **Operacionalização da TCP**

Após os aspetos teóricos estarem dissecados, afigura-se importante compreender o processo pelo qual se conseguirá uma maior e melhor aplicação da TCP no domínio da criminalidade.

Na prática, para operacionalizar a TCP, é importante medir cada componente da TCP. Por norma, esta avaliação é efetuada através de questionários, método que também é utilizado nesta investigação. É possível realizar medições diretas, quando se trata de perguntas mais gerais sobre as três componentes da TCP e medições indiretas, quando se trata de medir as crenças subjacentes a cada componente (Francis et al., 2004). Espera-se que, quando ambas as medições avaliam o mesmo elemento, se observe que os resultados estejam positivamente relacionados (Francis et al., 2004).

A construção de um questionário que possa medir a TCP constitui várias fases: i). definição do comportamento a ser estudado; ii). definição da população alvo em estudo; iii). compreensão da melhor forma de medir as intenções; iv). determinação das vantagens e desvantagens mais frequentemente referidas; v). determinação dos elementos sociais com mais importância para os participantes; vi). determinação dos facilitadores e obstáculos mais frequentemente referidos; vii). construção do questionário com base nos aspetos anteriormente referidos; viii). realização de um pré-teste numa subamostra da população alvo, realizando todas as alterações necessárias; ix). aplicação do questionário.

É importante referir que o procedimento da TCP estará sistematizado na parte empírica desta investigação.

Após se dissecar sobre dois modelos importantes para o entendimento de processos de tomada de decisão é importante abordar outro dos elementos basilares desta investigação: o autocontrolo. Após uma revisão teórica sobre este construto psicológico apresenta-se a Teoria Geral do Crime.

#### **4. Autocontrole**

A literatura da Psicologia e da Criminologia têm vindo a destacar que o autocontrole desempenha um papel central na propensão criminal, incluindo no tráfico de droga (Mischel, 1974; Hirschi & Gottfredson, 1990; Baumeister et al., 1998; Tangney et al., 2004).

Alguns estudos demonstram que níveis baixos de autocontrole contribuem para uma maior probabilidade de envolvimento em comportamentos delinquentes (Pratt & Cullen, 2000). A dificuldade em adiar gratificações imediatas, a ânsia de obter lucros financeiros rápidos e a baixa capacidade em avaliar consequências a longo prazo são características recorrentes em indivíduos com envolvimento no tráfico de droga (Gottfredson e Hirschi, 1990; Tangney et al., 2004). Por outro lado, entende-se que níveis elevados de autocontrole contribuem para uma maior resistência em ingressar em comportamentos negativos, mesmo que o indivíduo esteja inserido em contextos de risco (Muraven & Baumeister, 2000).

O autocontrole também pode ser definido como a aquisição de competências que aumentam a capacidade de planeamento que o indivíduo tem a longo prazo, contribuindo para o seu entendimento sobre a importância de adiar as recompensas imediatas (Steinberg et al., 2009). O baixo autocontrole tem sido associado a vários problemas comportamentais e controlo dos impulsos (Arneklev et al., 1993). Moffitt (2011) refere a importância da criação de programas de intervenção que promovam o fortalecimento do autocontrole em crianças e jovens, afirmando que quanto mais precoce for a intervenção melhores serão os resultados futuros.

A impulsividade, a ausência de autocontrole, é um traço complexo que se manifesta através de diversos padrões de pensamento e comportamento, resultando em consequências prejudiciais, tanto imediatas, como a médio e longo prazo (Malloy-Diniz et al., 2010). De acordo com Moeller e colegas (cit in Malloy-Diniz et al., 2010), a impulsividade resulta de três condições: ocorrência de mudanças no decurso da ação sem que um julgamento prévio seja efetuado; ocorrência de comportamentos impensados; manifestação de uma maior tendência em agir sem planear, comparativamente a indivíduos com o mesmo grau de inteligência.

Seguem-se algumas das teorias que entendem o autocontrole como uma variável que influencia o ato criminal.

Walter Mischel, em 1960, realizou a experiência “*mashmallow test*”, onde reuniu crianças entre os quatro e os seis anos e lhes deu a escolher entre comer um *mashmallow* naquele momento ou esperar alguns minutos e receber dois *mashmallows*, com o objetivo de medir a capacidade de esperar e não obter uma gratificação imediata. Uma das conclusões desta experiência foi que as crianças que decidiram esperar usaram estratégias de distração (e.g. olhar para o teto e cantar; Mischel, 1970). Anos mais tarde, veio-se a comprovar que as crianças que esperaram demonstraram uma melhor autorregulação emocional e comportamental na adolescência e na vida adulta e melhores resultados nos testes de acesso ao ensino superior nos Estados Unidos da América (Shoda et al., 1990).

Outra das teorias que menciona o autocontrole como fator influente na tomada de decisão de cometer um ato ilícito é a teoria do autocontrole defendida por Baumeister e colegas (1998). Esta teoria vê o autocontrole como um recurso mental e emocionalmente limitado, tal e qual como um músculo. Esta analogia é efetuada para que se perceba que, tal como quando se usa intensamente um músculo e se fica com fadiga, depois de se usar o autocontrole numa determinada tarefa fica-se temporariamente com menos capacidade para o usar noutra tarefa (Baumeister et al., 1998). Os autores (Baumeister et al., 2006) defendem que o autocontrole pode ser treinado, usando-o regularmente e de forma controlada. Contudo, entende-se que quando usado em excesso num curto período (e.g. por fatores stressantes como fome e sono) pode fazer com que o indivíduo fique mais vulnerável a cometer comportamentos impulsivos (Baumeister et al., 2006). Baumeister e colegas (1998) defendem que indivíduos sujeitos a contextos recorrentemente negativos (e.g. pobreza, violência e exclusão social) tendem a esgotar os seus recursos de autorregulação com mais rapidez e frequência – ou seja, entende-se o autocontrole como um recurso esgotável.

Outra das teorias a ser mencionada é a de Tangney e colegas (2004) que entendem o autocontrole como uma capacidade de autorregulação, definindo-o como a capacidade de regular pensamentos, emoções e comportamentos, com o intuito de alcançar objetivos mais robustos. Tangney e colegas (2004) consideram o autocontrole uma competência com possibilidade de ser desenvolvida; indivíduos inseridos em contextos socioeconómicos desfavorecidos podem experienciar maior dificuldade na autorregulação comportamental, mas a partir do desenvolvimento de competências necessárias essa capacidade pode ser reforçada (Tangney et al., 2004). Este construto é

fortemente associado a um ajustamento psicológico positivo, enquanto o baixo autocontrole é associado a comportamentos de risco (Tangney et al., 2004).

#### 4.1. Teoria Geral do Crime

A Teoria Geral do Crime (TGC) é uma das teorias mais influentes na área da Criminologia; foi desenvolvida por Michael Gottfredson e Travis Hirschi em 1990. Contrariamente à Teoria do Controlo Social de Hirschi (1969) em que se colocavam os laços sociais como principal fator criminal, a TGC entende que, juntamente com as oportunidades, o autocontrole é o preditor psicológico mais importante na determinação da propensão de um indivíduo para o crime (Gottfredson & Hirschi, 1990).

Indivíduos com baixo autocontrole serão pessoas mais impulsivas que procuram gratificação imediata e, conseqüentemente, estarão mais propensos a cometer atos delinquentes. Por outro lado, indivíduos que apresentem níveis de autocontrole superiores terão maior facilidade em resistir a tentações imediatas e a considerar as conseqüências dos seus atos, fazendo com que sejam menos propensos ao envolvimento criminal. Segundo a TGC, os indivíduos com baixo autocontrole tendem a apresentar características como a impulsividade, a busca por gratificações imediatas, a baixa tolerância à frustração e a insensibilidade às necessidades dos outros (Gottfredson & Hirschi, 1993; Gomes & Pereira, 2014).

Gottfredson e Hirschi (1990) afirmam que o crime é um ato de força e fraude que tem como objetivo suprir interesses próprios, englobando todos os comportamentos legalmente tipificados e todos os comportamentos socialmente reprováveis (e.g. instabilidade no emprego; baixo empenho escolar). Esta teoria entende que todos os crimes ou comportamentos análogos resultam de uma incapacidade do indivíduo em controlar os seus impulsos; entende-se, portanto, que as características que poderão levar um indivíduo a adotar comportamentos delinquentes também se podem encontrar naqueles considerados não delinquentes (Gottfredson & Hirschi, 1994).

Segundo os autores, os indivíduos adquirem a capacidade de se autocontrolarem por meio do processo de socialização familiar - ou seja, a principal causa de um baixo nível de autocontrole é uma educação ineficaz por parte da família, apontando a mesma como a instituição social mais importante na vida de um indivíduo (Gottfredson & Hirschi,

1993). Esta socialização familiar tem grande importância a diferentes níveis e, como tal, é decisiva no processo de prevenção criminal (Gottfredson & Hirschi, 1993). Ainda dentro do processo de socialização, os autores referem que estes indivíduos têm uma tendência natural para o egocentrismo e que a única forma de atenuar essa característica é uma socialização eficaz no seio familiar (Gottfredson & Hirschi, 1993). Caso este processo falhe ou seja ineficaz, os indivíduos que dele não beneficiarem terão um risco acrescido de se tornarem pessoas que usam todos os meios disponíveis para satisfazer os seus impulsos e objetivos (Gottfredson & Hirschi, 1993).

Tal como já foi referido, as oportunidades também são um fator importante na tomada de decisão de um indivíduo, demonstrando que a decisão criminal está altamente dependente de oportunidades; a comorbidade destas oportunidades com baixos níveis de autocontrole potenciam drasticamente o risco de envolvimento criminal do indivíduo (Gottfredson, 2006). Nesse sentido, segundo a TGC, o crime só ocorre quando um indivíduo com níveis reduzidos de autocontrole encontra uma situação favorável para o cometer, onde os riscos são baixos e as recompensas são imediatas (Gottfredson, 2006).

Esta teoria vê o tráfico de droga como uma consequência do baixo autocontrole estabelecido durante a infância (Gottfredson e Hirschi, 1990). Este modelo teórico entende o autocontrole como a capacidade de resistir a tentações imediatas e a gratificações a curto prazo, favorecendo comportamentos que trazem benefícios mais sólidos a longo prazo, inserindo-se numa explicação criminológica de que os indivíduos com altos níveis de baixo autocontrole são mais propensos a ingressar em comportamentos delinquentes (Gottfredson e Hirschi, 1990). Gottfredson e Hirschi (1990) entendem que o autocontrole é desenvolvido precocemente na infância através da socialização parental e que, por isso, é um traço de personalidade estável - ou seja, não é aprendido ao longo da vida, mas estabelecido de forma precoce. Contrariamente a Michel (1989) que desafiou a ideia de que o autocontrole é um traço de personalidade fixo e inalterável, afirmando que pode ser aprendido e controlado.

Bowen e colegas (2014) identificaram fatores psicossociais associados à venda de droga por adolescentes em zonas urbanas e concluíram que adolescentes com maiores níveis de baixo autocontrole são mais propensos a um envolvimento com o tráfico de droga. Esta conclusão vai de encontro a estudos realizados por Cassey (2015) e Beaver e colegas (2016). Cassey (2015) examinou de que forma o conhecimento sobre a dinâmica do tráfico de droga e o autocontrole interagem na produção de

comportamentos criminais, concluindo que de facto estes dois elementos são preditores de uma maior probabilidade de envolvimento em contextos de tráfico de droga. Por sua vez, Beaver e colegas (2016) identificou o baixo autocontrolo como um dos fatores individuais com mais importância em matéria de envolvimento no tráfico de droga.

Contudo, a TGC sofreu algumas críticas por parte de alguns autores (Akens, 1991; Piquero & Bouffand, 2007; Flannery et al., 2012). Akens (1991) entende que a TGC ignora o ambiente social onde o comportamento é aprendido e que a teoria não explica por que razão nem todas as pessoas com níveis baixos de autocontrolo não cometem crimes. Piquero e Bouffand (2007) entendem que o autocontrolo é algo passível de mudança, algo que pode ser modificado por fatores sociais. Por fim, Flannery e colegas (2012) entendem que o autocontrolo pode ser mais útil para medir crimes patrimoniais do que crimes que envolvam violência e tráfico.

Dá-se, assim, fim ao enquadramento teórico. Após abordar os contornos do comportamento criminal em geral, as características do tráfico de droga, os modelos explicativos deste crime e o autocontrolo é essencial seguir para o enquadramento empírico.

## **CAPÍTULO II: ENQUADRAMENTO EMPÍRICO**

### **1. Objetivos**

O objetivo central da presente investigação passa por estudar o processo de tomada de decisão criminal através da aplicação da Teoria do Comportamento Planeado de Ajzen (1991) e da Escala de Baixo Autocontrolo (Grasmick et al., 1993) ao crime de tráfico de droga.

O presente estudo tem como objetivos específicos:

- i. Compreender de que forma as componentes da teoria do comportamento planeado (atitudes; norma subjetiva; controlo comportamental percebido) se associam à intenção de cometer o crime de tráfico de droga

- ii. Compreender de que forma as componentes do autocontrole se associam à intenção de cometer o crime de tráfico de droga
- iii. Compreender de que forma as componentes da teoria do comportamento planejado se associam às componentes do autocontrole

## **2. Descrição da Metodologia**

### **2.1. Desenho da investigação**

Este estudo configura uma investigação do tipo quantitativo, devido às especificidades inerentes ao processo de recolha e análise de dados. Contudo, existe uma componente qualitativa, onde apenas se destacaram as crenças mais recorrentemente descritas pelos participantes relativamente ao crime de tráfico de droga.

Esta investigação assume um carácter descritivo e correlacional, na medida em que relaciona as diferentes variáveis. Existem, ainda, regressões na análise de dados. A técnica de amostragem é não probabilística por conveniência, na medida em que se seleccionou os participantes com base na facilidade de acesso aos mesmos. Este modelo de amostragem demonstra-se vantajoso devido à facilidade e rapidez da recolha de dados. É não probabilística visto que os indivíduos não apresentam a mesma probabilidade de entrarem na amostra (Hill & Hill, 2009).

Todos os inquiridos consentiram a sua participação de forma livre e voluntária, tendo acesso a um formulário de consentimento informado (Anexo A). Ao longo desta investigação aconteceram dois momentos distintos de estudo e amostragem, obedecendo sempre aos critérios estabelecidos: Questionário de Elicitação (Anexo B) e Questionário da Teoria do Comportamento Planeado (Anexo C)

### **2.2. Caracterização da amostra**

De forma a ir ao encontro dos objetivos desta investigação foi de extrema relevância obter um número de participantes adequado a essa necessidade.

Para ambos os momentos de recolha de dados, o único critério de inclusão foi a maioria dos participantes, devido à maior facilidade de acesso e à maturidade característica da faixa etária.

Em ambos os questionários foram recolhidas as seguintes informações sociodemográficas: sexo; idade; nacionalidade; nível de escolaridade.

De seguida serão explicados os dois momentos da investigação: o estudo de Elicitação e o Main Study.

## **A- Estudo de Elicitação**

### **1. Descrição do estudo de Elicitação**

Este questionário foi construído meramente com o objetivo de explorar quais as crenças mais recorrentemente apresentadas pelos participantes em relação ao crime de tráfico de droga. As crenças mais referidas pelos participantes foram, posteriormente, utilizadas para construir o questionário final do Main Study.

Após o formulário de consentimento informado e uma secção de perguntas de foro sociodemográfico, seguiram-se então nove perguntas. Como estudo de Elicitação, este questionário foi aplicado a um número reduzido de participantes e, assim que se verificou a saturação dos dados, o questionário foi encerrado. Esta saturação dos dados acontece quando não se verificam novas respostas por parte dos participantes.

#### **1.1. Participantes**

Este questionário do estudo de Elicitação contou com 30 participantes. A divulgação deste questionário aconteceu por via online a partir das redes sociais (*Instagram; WhatsApp*).

**Tabela 1** – Dados sociodemográficos dos participantes do estudo de Elicitação – Sexo e Idade

	<b>Feminino</b>	<b>Masculino</b>	<b>18-25</b>	<b>26-30</b>	<b>31-40</b>	<b>41-50</b>	<b>&gt;50</b>
<b>Percentagem</b>	71%	29%	58,1%	19,3%	9,7%	3,2%	9,7%

**Tabela 2** – Dados sociodemográficos dos participantes do estudo de Elicitação – Nível de Escolaridade e Nacionalidade

	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário	Licenciatura	Portuguesa	Brasileira
<b>Percentagem</b>	3,2%	3,2%	3,2%	40%	50,4%	93,5%	6,5%

## 1.2. Instrumentos

Todos os momentos de recolha de dados da presente etapa foram efetuados através da aplicação de inquérito por questionário, onde cada participante participou de forma livre, voluntária e anónima.

O estudo de Elicitação contou com o questionário de Elicitação desenvolvido a partir das regras do Manual de aplicação da teoria do comportamento planeado (Francis et al. 2004). O questionário segue um modelo quantitativo, apesar das respostas terem sido apresentadas em formato de resposta aberta. O questionário mantém-se quantitativo na medida em que todas as respostas foram analisadas com foco na sua frequência (e.g. quantas vezes “ganhar dinheiro” apareceu como vantagem principal de traficar droga). Este instrumento possui nove questões agrupadas em três grupos:

- i. Atitudes: este primeiro grupo faz referência ao primeiro fator da TCP, onde o objetivo era perceber as vantagens e desvantagens de traficar droga
- ii. Norma subjetiva: este segundo grupo faz referência ao segundo fator da TCP, onde o objetivo era perceber que núcleos próximos aprovam ou desaprovam o ato de traficar
- iii. Controlo Comportamental Percebido: este terceiro grupo faz referência ao terceiro fator da TCP, onde o objetivo era perceber quais os facilitadores e obstáculos de traficar droga

### **1.3. Procedimentos**

É essencial referir que, a fim de garantir a integridade ética da pesquisa, o protocolo de investigação e todos os instrumentos administrados foram submetidos e aprovados pela Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa. Após a aprovação, o inquérito do estudo de Elicitação foi construído na plataforma *Google Forms* e divulgado através de um link de acesso posteriormente divulgado no *Instagram* e *WhatsApp*, com o objetivo de arrecadar o número necessário de respostas. Antes de ser divulgado, passou por um pré-teste, a fim de perceber se todas as questões estavam perceptíveis e claras para os participantes. Este pré-teste consistiu numa leitura integral a três pessoas, onde as mesmas tinham de responder às perguntas para que a investigadora entendesse se as perguntas estavam perceptíveis. De forma a que todas as pessoas participassem de forma informada, livre, segura, confidencial e voluntária, no início do inquérito, foi apresentado um formulário de consentimento informado, onde cada indivíduo teve a oportunidade de entender quais os objetivos deste estudo e quais os seus direitos enquanto participante (Anexo A).

Após existir a saturação de respostas do questionário de Elicitação (quando as respostas dos participantes começam a não diferir), os dados foram recolhidos e analisados com o recurso ao *software Microsoft Excel*, onde foi construída uma tabela com cada uma das respostas obtidas com o objetivo de analisar a frequência de cada tópico apresentado. Após obter os dados desta primeira fase de investigação, foi necessário agrupá-los em itens como descrito no manual. Após a investigadora agrupar as respostas em itens categóricos, mais dois investigadores tiveram de o fazer, a fim de entender se os três investigadores seguiam a mesma linha de pensamento e chegavam aos mesmos itens. Por último, a lista final corresponderia às crenças gerais sobre o crime de tráfico de droga na amostra selecionada, utilizadas para desenvolver os diferentes itens do questionário da TCP no Main Study.

### **1.4. Análise de dados e crenças selecionadas**

Os dados analisados no questionário de Elicitação foram inseridos numa base de dados criada no *software Microsoft Excel*.

As crenças selecionadas para fazerem parte do questionário da teoria do comportamento planeado estão descritas na figura seguinte.

**Figura 2** – Crenças selecionadas a partir do questionário de Elicitação

<b>Atitudes</b>	<b>Norma Subjetiva</b>	<b>Controlo Comportamental Percebido</b>
Dinheiro	Família	Ambiente familiar
Poder	Amigos	Pessoas próximas
Isenção de impostos		Dificuldades financeiras
Prisão		Problemas psicológicos
Conflitos Interpessoais		Contactos
Sociedade		Valores e princípios
Violência		Prisão
Prejudicar outras pessoas		Valores sociedade
Princípios e valores		Prejudicar outros
		Violência
		Policimento

## **B- Main Study**

### **1. Descrição do Main Study**

Depois de recolhidas e categorizadas as crenças passou-se para o Main study, onde estas crenças foram utilizadas para formular as questões do questionário da TCP.

#### **1.1. Participantes**

Este inquérito com o questionário da teoria do comportamento planeado, o formulário de dados sociodemográficos e a escala de baixo autocontrolo contou com a participação de 251 indivíduos.

**Tabela 3** – Dados sociodemográficos dos participantes do Main Study – Sexo e Idade

	<b>Feminino</b>	<b>Masculino</b>	<b>18-25</b>	<b>26-30</b>	<b>31-40</b>	<b>41-50</b>	<b>&gt;50</b>
<b>Percentagem</b>	70,52%	29,48%	53,78%	9,96%	13,55%	11,55%	11,16%

**Tabela 4** – Dados sociodemográficos dos participantes do Main Study – Nível de Escolaridade

	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
<b>Percentagem</b>	0,40%	0,80%	4,78%	37,10%	35,84%	16,30%	4,78%

**Tabela 5** – Dados sociodemográficos dos participantes do Main Study – Nacionalidade

	Portuguesa	Brasileira	Angolana	Moçambicana	Indiana	Equatoriana
<b>Percentagem</b>	91,24%	5,96%	1,20%	0,80%	0,40%	0,40%

## 1.2. Instrumentos

Com base nas informações recolhidas no estudo de Elicitação, foi elaborado o segundo momento da recolha de dados: o Main Study. Esta fase é constituída por um formulário de dados sociodemográficos, pelo questionário da TCP (construído a partir das respostas do estudo de Elicitação) e pela Escala de Baixo Autocontrolo (Anexo D)

O questionário do Main Study tem três partes:

- 1- Formulário de dados sociodemográficos, onde se incluíram as variáveis: sexo, idade, nível de escolaridade e nacionalidade.
- 2- Questionário da TCP, que foi construído com base nas crenças mais apontadas pelos participantes do estudo de Elicitação e que segue uma abordagem do tipo expectativa-valor, assentando num racional do tipo probabilidade percebida e desejabilidade relativamente a um dado comportamento. A primeira parte foca-se na exploração da componente das atitudes, apresentando eventuais vantagens e desvantagens de traficar droga. Esta parte subdivide-se em duas subcategorias, sendo que na primeira (expectativa) o participante teve de avaliar a probabilidade de acontecer uma

certa vantagem ou desvantagem do ato de traficar (nove itens – de pouco provável a muito provável) e na segunda subcategoria (valor) o participante teve de cotar cada uma das vantagens e desvantagens de acordo com o nível de desejo que gostaria que cada elemento acontecesse (nove itens – de pouco desejável a muito desejável). A segunda parte pretende analisar a componente da norma subjetiva, avaliando a influência normativa de grupos percebida pelo indivíduo de forma a se perceber a força dos grupos sociais na facilitação ou impedimento ao comportamento, sendo que na primeira subcategoria (expectativa) o participante teve de categorizar a opinião dos diversos grupos sociais relativamente ao seu comportamento (dois itens – o participante cota de que forma acha que os grupos sociais reagiriam ao seu ato de traficar, ou seja, se acha que aprovaria ou desaprovavam) e na segunda subcategoria (valor) os participantes tiveram de revelar a importância da opinião desses mesmos grupos sociais na sua vida (dois itens – de nada importante a muito importante). A terceira parte centra-se na avaliação da componente do controlo comportamental percebido, tendo como objetivo perceber de que forma os participantes avaliavam os fatores facilitadores e obstáculos do ato de traficar droga, sendo que na primeira subcategoria (expectativa) se inquiriu o participante acerca da probabilidade percebida de surgir certos facilitadores e obstáculos (11 itens – pouco provável a muito provável) e na segunda subcategoria (valor) questionou-se os participantes acerca do peso que certos facilitadores e obstáculos teriam na realização daquele comportamento (11 itens – menos provável a mais provável).

Nestas três partes as opções de resposta surgiram em formato escala, onde o indivíduo teve de se posicionar de acordo com a sua opinião. Para cada parte a pontuação é atribuída através da média do valor das crenças ponderada pela expectativa (e.g. multiplica-se a afirmação expectativa “A minha família acha que eu não deveria/deveria vender droga” pela afirmação valor “Para mim a opinião da minha família é muito/nada importante”).

A quarta parte centrou-se na avaliação das intenções de traficar ou não droga, que se subdividiu em duas subcategorias, onde os participantes tiveram de responder a seis questões.

A quinta parte teve como objetivo entender a delinquência autorevelada, onde os participantes tiveram de responder, em formato Likert, se já tinham consumido e/ ou vendido drogas leves e/ou pesadas.

O questionário completo do Main Study encontra-se no final da presente investigação no Anexo C.

- 3- Escala de Baixo Autocontrole, onde são apresentadas 23 perguntas que avaliam as seis subescalas defendidas pelos autores (impulsividade; preferência por tarefas simples; tendência para a tomada de risco; preferência por tarefas físicas; egocentrismo; temperamento). Esta escala foi aplicada no contexto português por Pechorro e colegas (2022).

Existem quatro opções de resposta para cada item, em que um corresponde a “discordo totalmente”, dois corresponde a “discordo”, três corresponde a “concordo” e quatro corresponde a “concordo totalmente”. Obter a pontuação mais alta da escala indica um elevado grau de baixo autocontrole percebido pelo próprio indivíduo (Pechorro et al., 2022). Esta escala encontra-se no final desta investigação no Anexo D.

De seguida apresentam-se as tabelas com a consistência interna de cada parte do questionário do Main Study.

**Tabela 6** – Consistência interna dos elementos da TCP

<b>Elemento</b>	<b><i>a de Cronbach</i></b>
Atitudes	.646
Norma Subjetiva	.230
Controlo Comportamental Percebido	.739

**Tabela 7** – Consistência interna dos itens das intenções

<b>Elemento</b>	<b><i>a de Cronbach</i></b>
Intenções	.866

**Tabela 8** - Consistência interna dos itens da delinquência autorevelada

<b>Elemento</b>	<b><i>a de Cronbach</i></b>
Delinquência autorevelada	.635

**Tabela 9** – Consistência interna das componentes da Escala de Baixo Autocontrole

<b>Elemento</b>	<b><i>a de Cronbach</i></b>
Escala de Baixo Autocontrole	.728

### 1.3. Procedimentos

Após a seleção das crenças mais comentadas pelos participantes, construiu-se o questionário da teoria do comportamento planeado do Main Study, respeitando uma abordagem do tipo expectativa-valor. Divulgou-se o *link* de acesso do questionário de forma a obter todas as respostas necessárias. Esta divulgação foi efetuada de duas formas: a partir do Gabinete de Comunicação da Universidade Fernando Pessoa que, após um pedido formal, se disponibilizou para partilhar com os alunos e docentes; a partir das redes sociais como *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp*.

Enquanto as respostas iam sendo rececionadas no *Google Forms*, começou-se a efetuar a sua primeira análise. Os dados foram transferidos para o *Software Microsoft Excel*, onde puderam ser organizados e posteriormente transferidos para uma base de dados do *Software IBM SPSS (Statistical Package for Social Sciences)*. Criaram-se duas sintaxes, uma de limpeza e uma de resultados. Após a base de dados e as sintaxes estarem todas organizadas e com as análises pretendidas, passou-se à fase da discussão dos resultados.

### 1.4. Análise de dados e resultados

Como já foi referido, foram criadas duas sintaxes para a preparação da base de dados.

Na sintaxe de limpeza, cujo objetivo é sistematizar e agilizar o processo de apagar dados desnecessários e redenominar variáveis, procedeu-se à mudança da pergunta/afirmação por um código que futuramente seria utilizado para realizar todas as operações estatísticas (e.g. trocou-se a afirmação “Se eu vender droga vou ganhar muito dinheiro” pelo código “A1”, visto que é a primeira pergunta sobre a componente da TCP “Atitudes”).

Após este processo estar realizado e a base de dados estar organizada e pronta para ser operacionalizada, procedeu-se à criação da sintaxe dos resultados, onde acontece toda a inferência estatística. Nesta sintaxe foram efetuados vários processos, como o de corresponder as opções de resposta a números (e.g. a resposta “feminino” corresponde ao número um e “masculino” ao número dois).

Outro processo realizado foi o cálculo de cada uma das componentes da TCP – ou seja, a criação de categorias onde se agrupam as diferentes questões. Nas Atitudes, por exemplo, a afirmação expectativa “Se eu vender droga vou ganhar muito dinheiro” é

correspondente ao código A1 e a afirmação valor “Para mim, ganhar dinheiro é: muito importante ou nada importante” é correspondente ao código A1\_A; por isso, o cálculo dessa crença “DINHEIRO” acontece quando se multiplica a expectativa pelo valor =  $A1 \times A1\_A$ . Na componente da Norma Subjetiva acontece o mesmo (e.g. multiplica-se a afirmação expectativa “A minha família acha que eu não deveria/deveria vender droga” que corresponde ao código NS1 pela afirmação valor “Para mim a opinião da minha família é: muito importante ou nada importante” que corresponde ao código NS1\_A, ficando  $NS1 \times NS1\_A$ ). A componente do Controlo Comportamental Percebido segue a mesma linha de pensamento, pesando a probabilidade de um possível traficante vivenciar um determinado contexto e a probabilidade de alguém vender droga nesse determinado contexto (e.g. multiplica-se a afirmação “Quão provável é um possível traficante viver num ambiente familiar disfuncional” que corresponde ao código CCP1 pela questão “Quando se está inserido num ambiente familiar disfuncional é menos/mais provável de se vender droga?” que corresponde ao código CCP1\_A, ficando  $CCP1 \times CCP1\_A$ ).

Na secção da escala de baixo autocontrolo (Grasmick et al., 1993), foi necessário corresponder as 23 perguntas a seis categorias diferentes. Na escala de baixo autocontrolo, Grasmick e colegas (1993) entendem que existem seis categorias diferentes para avaliar o autocontrolo: impulsividade, preferência por tarefas simples; busca pelo risco; preferência por tarefas físicas; egocentrismo; temperamento. Sendo que esta escala contém 23 itens de pergunta, foi necessário colocar cada uma das questões na categoria correta.

Após isto, nos itens das Atitudes e do Controlo Comportamental Percebido, separaram-se as vantagens das desvantagens e os facilitadores dos obstáculos.

**Tabela 10** – Vantagens e desvantagens das Atitudes da TCP

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>
<b>Vantagens</b>	Dinheiro
	Poder
	Isenção de impostos
<b>Desvantagens</b>	Prisão
	Conflitos interpessoais
	Sociedade
	Violência
	Prejudicar outras pessoas
	Valores e princípios

**Tabela 11** – Facilitadores e obstáculos do Controlo Comportamental Percebido da TCP

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>
<b>Facilitadores</b>	Ambiente familiar
	Pessoas próximas
	Dificuldades financeiras
	Problemas psicológicos
	Contactos
	Valorizar valores e princípios
<b>Obstáculos</b>	Prisão
	Não valorizar valores e princípios
	Prejudicar outros
	Violência
	Policimento

O passo seguinte foi fazer a média de todo o conjunto de variáveis existente (vantagens; desvantagens; norma subjetiva; facilitadores; obstáculos; intenções; delinquência autorrevelada; escala de baixo autocontrolo). Foi igualmente importante construir novas variáveis para que fossem utilizadas futuramente nas correlações e regressões.

#### **1.4.1. Screening**

O screening é um processo de preparação de dados para análise, onde se incluem as análises de consistência interna através do valor do Alfa de *Cronbach* que foi utilizado para avaliar as atitudes, a norma subjetiva e o controlo comportamental percebido da teoria do comportamento planeado, as intenções, a delinquência autorrevelada e a escala de baixo autocontrolo.

Através de análise de histogramas procedeu-se à correção de *outliers* na componente das atitudes, na intenção, na delinquência autorrevelada e na escala de baixo autocontrolo. Não se observaram *outliers*. Analisou-se igualmente a existência de *missing values*, acabando por se confirmar que todas as questões tinham resposta.

#### **1.4.2. Análise descritiva**

Recorreu-se à estatística descritiva como método de caracterização da amostra de participantes. Nas variáveis categóricas (e.g. sexo) recorreu-se a uma descrição por frequência. Estes dados estão representados na Tabela 2.

#### **1.4.3. Resultados**

Nesta investigação efetuaram-se dois tipos de análise: correlações e regressões. Foram efetuadas oito correlações e seis regressões.

## A. Correlações

As correlações efetuadas nesta investigação foram correlações de Spearman.

### 1- Atitudes e intenção de traficar droga

**Tabela 12** – Atitudes e intenção de traficar

Atitudes	Intenção de traficar droga
Se eu vender droga vou ficar exposto a situações de violência	-.301**
Se eu vender droga vou estar a causar conflitos interpessoais	-.148*
Se eu vender droga vou causar prejuízo a outras pessoas	-.174**
Para mim ser exposto a situações de violência é	.360**

Nota: \* $n < 0.05$  / \*\* $n < 0.01$

A primeira correlação é entre a variável violência (uma das variáveis expectativa das atitudes) e a intenção de traficar droga, que se revelou negativa e estatisticamente significativa ( $r = -.301$ ;  $p = < .01$ ). A correlação entre a variável conflitos interpessoais (uma das variáveis expectativa das atitudes) e a intenção de traficar droga revelou-se negativa e estatisticamente significativa ( $r = -.148$ ;  $p = < .05$ ). A correlação entre a variável causar prejuízo a outras pessoas (uma das variáveis expectativa das atitudes) e a intenção de traficar droga revelou-se negativa e estatisticamente significativa ( $r = -.174$ ;  $p = < .01$ ). Por fim, a correlação entre a variável violência (uma das variáveis valor das atitudes) e a intenção de traficar droga revelou-se positiva e estatisticamente significativa ( $r = .360$ ;  $p = < .01$ ).

### 2. Norma subjetiva e intenção de traficar droga

**Tabela 13** – Norma subjetiva e intenção de traficar

	Intenção de traficar droga
Norma subjetiva	.322**

Nota: \* $n < 0.05$  / \*\* $n < 0.01$

Esta correlação entre a norma subjetiva e a intenção de traficar droga revelou-se positiva moderada e estatisticamente significativa ( $r = .322$ ;  $p = < .01$ ).

### 3. Vantagens e desvantagens das atitudes e componentes da Escala de Baixo Autocontrole

**Tabela 14** – Vantagens e desvantagens e componentes da Escala de Baixo Autocontrole

Vantagens/desvantagens	Risco	Temperamento
Dinheiro		.134*
Prisão	-.138*	
Conflitos interpessoais	-.124*	
Sociedade	-.150**	
Valores e princípios	-.188**	

Nota: \* $n < 0.05$  / \*\* $n < 0.01$

A correlação entre a variável dinheiro (uma das vantagens das atitudes) e a variável temperamento (categoria da Escala de Baixo Autocontrole) revelou-se positiva e estatisticamente significativa ( $r = .134$ ;  $p = < .05$ ). Já a correlação entre a variável prisão (uma das desvantagens das atitudes) e a variável risco (categoria da Escala de Baixo Autocontrole) revelou-se negativa e estatisticamente significativa ( $r = -.138$ ;  $p = < .05$ ). A correlação entre a variável conflitos interpessoais (uma das desvantagens das atitudes) e a variável risco (categoria da Escala de Baixo Autocontrole) revelou-se negativa e estatisticamente significativa ( $r = -.124$ ;  $p = < .05$ ). Quanto à correlação entre a variável sociedade (uma das desvantagens das atitudes) e a variável risco (categoria da Escala de Baixo Autocontrole) revelou-se negativa e estatisticamente significativa ( $r = -.150$ ;  $p = < .01$ ). E por fim, a correlação entre a variável valores e princípios (uma das desvantagens das atitudes) e a variável risco (categoria da Escala de Baixo Autocontrole) revelou-se negativa e estatisticamente significativa ( $r = -.188$ ;  $p = < .01$ ).

#### 4. Atitudes valor e componentes da Escala de Baixo Autocontrole

Tabela 15 – Atitude (valor) e componentes da Escala de Baixo Autocontrole

Atitudes (valor)	Risco	Egocentrismo
Para mim ser exposto a situações de violência é	.149*	.182**
Para mim ter poder é		.178**

Nota: \*n < 0.05 / \*\*n < 0.01

A correlação entre a propensão ao risco e a atitude favorável à violência revelou-se positiva e estatisticamente significativa ( $r = .149$ ;  $p = < .05$ ). A correlação entre a variável do egocentrismo e a variável violência revelou-se positiva e estatisticamente significativa ( $r = .182$ ;  $p = < .01$ ). Já a correlação entre a variável do egocentrismo e a variável poder revelou-se positiva e estatisticamente significativa ( $r = .178$ ;  $p = < .01$ ).

#### 5. Norma subjetiva e componentes da Escala de Baixo Autocontrole

Tabela 16 – Norma subjetiva e componentes de Escala de Baixo Autocontrole

	Risco	Egocentrismo
Norma subjetiva	.209**	.248**

Nota: \*n < 0.05 / \*\*n < 0.01

A correlação entre a norma subjetiva e o risco revelou-se positiva moderada e estatisticamente significativa ( $r = .209$ ;  $p = < .01$ ) e a correlação entre a norma subjetiva e o egocentrismo revelou-se positiva e estatisticamente significativa ( $r = .248$ ;  $p = < .01$ ).

## 6. Controle Comportamental Percebido e componentes da Escala de Baixo Autocontrole

**Tabela 17** – Controle Comportamental Percebido e componentes de Escala de Baixo Autocontrole

Controle comportamental percebido	Risco	Temperamento
Quão provável é que um possível traficante tenha medo de estar exposto a situações de violência?	-.247**	-.174**

Nota: \* $n < 0.05$  / \*\* $n < 0.01$

A correlação entre a o risco (categoria da escala de baixo autocontrole) e a violência (item do controle comportamental percebido expectativa) revelou-se negativa e estatisticamente significativa ( $r = -.247$ ;  $p = < .01$ ) e a correlação entre a o risco (categoria da escala de baixo autocontrole). Já a correlação entre a variável violência (item do controle comportamental percebido expectativa) revelou-se negativa e estatisticamente significativa ( $r = -.174$ ;  $p = < .01$ ).

## 7. Valorização da influência de pessoas próximas que já traficaram droga) item do CCP valor) e tarefas físicas (componente da Escala de Baixo Autocontrole)

**Tabela 18** – Valorização da influência de pessoas próximas que já traficaram (item do CCP valor) e tarefas físicas (componente de Escala de Baixo Autocontrole)

	Tarefas Físicas
Quando se é próximo de uma pessoa que já tenha vendido droga é menos/mais provável vender droga	-.219*

Nota: \* $n < 0.05$  / \*\* $n < 0.01$

Esta correlação entre a valorização da influência de pessoas próximas que já traficaram (item do controle comportamental percebido valor) e as tarefas físicas (categoria da escala de baixo autocontrole) revelou-se negativa e estatisticamente significativa ( $r = -.219$ ;  $p = < .05$ ).

## 8. Delinquência autorevelada e componentes da Escala de Baixo Autocontrolo

Tabela 19 – Delinquência autorevelada e componentes da Escala de Baixo Autocontrolo

	Impulsividade	Risco	Egocentrismo	Temperamento
Delinquência autorevelada	.144*	.269**	.181**	.192**

Nota: \* $n < 0.05$  / \*\* $n < 0.01$

Na correlação entre a impulsividade e a delinquência autorevelada verificou-se uma correlação positiva fraca e estatisticamente significativa entre a variável da impulsividade e a variável da delinquência autorevelada- ou seja delinquência passada ( $r = .144$ ;  $p = < .05$ ). Já na correlação entre o risco e a delinquência autorevelada verificou-se uma correlação positiva moderada e estatisticamente significativa entre a variável do risco e a variável da delinquência autorevelada- ou seja, delinquência passada ( $r = .269$ ;  $p = < .01$ ). Quando se trata da correlação entre o egocentrismo e a delinquência autorevelada (ou seja, delinquência prévia) verificou-se uma correlação positiva e estatisticamente significativa ( $r = .181$ ;  $p = < .01$ ). Por último, na correlação entre o temperamento e a delinquência autorevelada verificou-se uma correlação positiva fraca e estatisticamente significativa entre a variável do temperamento e a variável da delinquência autorevelada- ou seja, delinquência passada ( $r = .192$ ;  $p = < .01$ ).

### B. Regressões

As regressões efetuadas nesta investigação foram regressões lineares.

#### 1. Componentes da TCP (atitudes, norma subjetiva e controlo comportamental percebido como preditores da intenção de traficar

Contruiu-se uma regressão linear com as componentes da teoria do comportamento planeado como preditores da intenção de traficar. As componentes da TCP (atitudes, norma subjetiva e controlo comportamental percebido) explicam 10,5% (.105) da intenção de traficar. O valor  $p = < .001$ . Quanto ao valor B, as atitudes representam -.013, a norma subjetiva .247 e o controlo comportamental percebido -.016.

## **2. Vantagens e desvantagens como preditores da intenção de traficar droga**

Contruiu-se uma regressão linear com as vantagens e desvantagens das atitudes como preditores da intenção de traficar, tendo um valor explicativo de 9,4% (.094). O valor  $p = <. 001$ . Quanto ao valor B, as vantagens representam .140 e as desvantagens -.399.

## **3. Facilitadores e obstáculos como preditores da intenção de traficar droga**

Contruiu-se uma regressão linear com os facilitadores e os obstáculos do controlo comportamental percebido como preditores da intenção de traficar, tendo um valor explicativo de 12,6% (.126). O valor  $p = <. 001$ . Quanto ao valor B, os facilitadores representam -.556 e os obstáculos .265.

## **4. Componentes da TPC (atitudes, norma subjetiva e controlo comportamental percebido) e valor total da escala de baixo autocontrolo como preditores da intenção de traficar droga**

Contruiu-se uma regressão linear com as componentes da TCP e o valor total da escala de baixo autocontrolo como preditores da intenção de traficar, tendo um valor explicativo de 18,7% (.187). O valor  $p = <. 001$ . Quanto ao valor B, as atitudes representam .030, a norma subjetiva .376, o controlo comportamental percebido -.042 e a escala de baixo autocontrolo .054.

## **5. Componentes da Escala de Baixo Autocontrolo como preditores da intenção de traficar droga**

Contruiu-se uma regressão linear com as componentes da escala de baixo autocontrolo como preditores da intenção de traficar. Os traços de baixo autocontrolo (impulsividade, tarefas simples, risco, tarefas físicas, egocentrismo e temperamento) explicam 34,5% (.345) da intenção de traficar. O valor  $p = <. 001$ . Quanto ao valor B é de .026.

## **6. Delinquência autorevelada como preditor da intenção de traficar droga**

Contruiu-se uma regressão linear com a delinquência autorevelada como preditor da intenção de traficar. Esta é a regressão com maior poder explicativo, em que 35,4%

(.354) da variação na intenção de traficar é explicada pelos comportamentos delinquentes prévios. O valor  $p = < ,001$ . Quanto ao valor B é de .473.

No próximo capítulo serão discutidos os resultados obtidos.

### **CAPÍTULO III: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A presente investigação teve como principal objetivo analisar a operacionalização da Teoria do Comportamento Planeado no estudo da intenção criminal do tráfico de droga. Pretendeu-se, ainda, analisar de que forma a Escala de Baixo Autocontrolo (Grasmick et al., 1993) se alinha com os elementos base da teoria e de que forma os níveis de autocontrolo estão relacionados com o processo de tomada de decisão no crime de tráfico de droga. De forma a atingir estes objetivos foram construídos e aplicados dois questionários de avaliação de crenças e intenções comportamentais a uma amostra não forense de 251 participantes.

Inicialmente é importante discutir alguns resultados obtidos no estudo de Elicitação. A vantagem de traficar que mais vezes foi mencionada foi o dinheiro que, segundo a literatura científica também é visto como uma das maiores razões para o cometimento deste crime (Becker, 1968). Quanto às desvantagens, a mais prevalente é a prisão, demonstrando que a perceção do risco de punição grave age como fator dissuasor significativo à intenção de traficar (Roth et al., 2010). Nesta secção são também mencionadas como desvantagens os conflitos interpessoais e os julgamentos da sociedade que, segundo Becker (1963) advêm com o papel de “traficante”, onde a sociedade imputa esse rótulo ao indivíduo. A exposição à violência também é vista como uma desvantagem na medida em que costuma ser algo inerente e recorrente durante a prática desta atividade (Marsh, 2020). Por fim, a sensação de prejudicar outras pessoas também é vista como uma desvantagem e traduz-se na internalização do prejuízo que o indivíduo causa aos outros (Tangney et al., 1996).

Quanto às influências pró-criminais, na norma subjetiva, os grupos mais frequentemente mencionados como antissociais são a família e os amigos, resultado que vai de encontro com a literatura científica. A pressão de pares é amplamente analisada como um fator preponderante na decisão final do indivíduo (Ajzen, 1991; Moffitt, 1993; Carpenter & Reimers, 2005; Hogg & Vaughan, 2018).

Passando aos fatores facilitadores do CCP, os mais apontados pelos participantes foram o ambiente familiar disfuncional, a proximidade de pessoas que já trafiquem e a existência de problemas financeiros. O ambiente familiar disfuncional e a proximidade de pessoas que já estejam na atividade podem ser analisados pela revisão sistemática realizada por Ferri e colegas (2005), onde se observou que indivíduos inseridos em famílias cujo membros tenham um passado de consumo ou tráfico de cocaína apresentam uma maior propensão no desenvolvimento de intenções mais elevadas para traficar droga. Quanto aos problemas financeiros, Felson e Staff (2017) entendem que jovens com dificuldades financeiras têm maior propensão a cometer o crime de tráfico de droga, por exemplo, para sustentar os seus próprios consumos. Já os obstáculos mais referidos foram novamente a prisão, o estigma que advém dos olhos da sociedade e a violência. Estes resultados podem demonstrar que, de facto, existem impedimentos que podem ter um peso significativo no processo de tomada de decisão criminal (Clarke, 1997). Um dado curioso acerca do obstáculo “policiamento” é que surgiu numa percentagem muito reduzida, quase insignificante, demonstrando que o poder policial não funciona como um dos principais fatores dissuasores.

Analisando a correlação entre as atitudes e a intenção de traficar droga entende-se que quanto mais o indivíduo valorizar positivamente a violência, maior será a sua intenção de traficar droga já que, se a violência for percebida como útil e legítima, a atitude geral sobre o tráfico tenderá a ser mais favorável, reforçando a intenção (Ajzen, 1991). A normalização da violência está frequentemente associada à aceitação da prática de comportamentos criminais como forma de proteção ou ascensão nos mercados ilegais (DeLisi & Vaughn, 2008). Também se entende que os indivíduos que entendem os conflitos interpessoais como uma desvantagem passível de acontecer no mundo do tráfico, menos intenção terão em ingressar nele. Este resultado confirma a hipótese da TCP, onde se afirma que as expectativas negativas sobre consequências sociais contribuem para uma atitude desfavorável e, conseqüentemente, menor intenção de agir (Ajzen, 1991).

Na parte das vantagens e desvantagens correlacionadas com as componentes da Escala de Baixo Autocontrole destacam-se vários resultados. Primeiramente, a correlação entre o dinheiro e o temperamento, entendendo-se que indivíduos com um temperamento mais instável tendem a valorizar mais o dinheiro. Indivíduos com baixo autocontrole buscam gratificações mais imediatas e o dinheiro é uma recompensa tangível que atende a essa necessidade (Gottfredson & Hirschi, 1990). Em segundo lugar, a correlação entre a prisão e o risco, onde se entende que quanto maior a propensão para o risco, menor é a percepção da prisão como uma desvantagem significativa. Esta premissa sugere que indivíduos com maior propensão ao risco são menos sensíveis às consequências legais, facilitando o cometimento de comportamentos ilícitos (Zuckerman, 2007). A correlação entre os conflitos interpessoais e o risco é outro dos resultados, onde se observa que indivíduos com maior propensão para o risco, têm uma menor percepção dos conflitos interpessoais como uma desvantagem. Esta premissa indica que quanto menor for a preocupação com os impactos interpessoais, maior será a facilidade em adotar comportamentos criminais (Piquero et al., 2005). Quanto à correlação entre a sociedade e o risco, revela-se que indivíduos com maior propensão para o risco, apresentam uma menor percepção dos julgamentos da sociedade como uma desvantagem. Esta premissa está alinhada com a Teoria Geral do Crime (1990) quando se defende que o baixo autocontrole reduz a preocupação com consequências sociais. Por fim, quanto à correlação entre os valores e princípios e o risco entende-se que indivíduos com maior propensão para o risco, apresentam uma menor preocupação em violar princípios e valores morais e ver isso como uma desvantagem. Esta premissa vai de encontro com a relação teórica entre a busca por sensações de adrenalina e o desprezo por normas sociais (Ajzen, 1991).

Quando se fala da correlação específica entre as atitudes-valor e as componentes da Escala de Baixo Autocontrole destacam-se as correlações entre o risco e a violência, o egocentrismo e o poder e o egocentrismo e a violência. A correlação entre o risco e a violência demonstra que indivíduos com maior tendência para se envolverem em comportamentos de risco também apresentam uma maior valorização da violência como um meio legítimo e aceitável. Segundo a Teoria Geral do Crime (Gottfredson & Hirschi, 1990), a busca pelo risco é interpretada como uma forma de gratificação imediata e, quando tal traço se cruza com atitudes favoráveis à violência, a probabilidade de adotar um comportamento violento torna-se mais elevada (Pratt & Cullen, 2000; Zuckerman,

2007). A correlação entre o egocentrismo e o poder revela que indivíduos mais autocentrados tendem a atribuir mais valor ao poder que exercem sobre os outros, o que pode traduzir-se numa falta de empatia e numa despreocupação moral (Grasmick et al., 1993). Por fim, a correlação entre o egocentrismo e a violência revela que indivíduos mais autocentrados tendem a desvalorizar as normas sociais e a encarar a violência de forma mais permissiva (Gottfredson e Hirschi, 1990). Gottfredson e Hirschi (1990) entendem que o egocentrismo como uma característica integrante do baixo autocontrole que impede a internalização de valores pró-sociais, facilitando a adoção de ações que legitimem a violência.

No que toca à norma subjetiva correlacionada com a intenção de traficar entende-se que quando os grupos sociais não condenam o ato de traficar, o indivíduo apresenta uma maior intenção de o fazer. Ajzen (1991) define a norma subjetiva como sendo a perceção da pressão social para realizar ou não um determinado comportamento, entendendo que se os grupos sociais percecionarem positivamente o tráfico de droga, mais probabilidade o indivíduo possui de internalizar essa aprovação como uma justificação para agir (Ajzen, 1991). Percebe-se que, em contextos onde os vínculos sociais (família, parceiros, amigos) ainda desempenham um papel regulador, o medo de perder esses laços ou de gerar conflitos podem atuar como inibidores da intenção criminosa (Warr, 2002).

No que toca à correlação entre a norma subjetiva da TCP e duas das componentes da Escala de Baixo Autocontrole, entende-se que a sua ligação com o risco demonstra que indivíduos com maior propensão para o risco percebem uma maior aceitação social do ato de traficar droga por parte dos seus grupos. A propensão do risco, segundo Grasmick e colegas (1993), reflete a tendência para uma busca de situações perigosas e mais impulsivas e indivíduos que a possuem tendem a estar inseridos em grupos com maior tolerância ao desvio, o que reforça a norma subjetiva pró-criminal (Zuckerman, 2007; DeLisi & Vaughn, 2008). Segundo Ajzen (1991) as intenções do comportamento são moldadas não só pelas crenças pessoais como pelas normas sociais percebidas como válidas, especialmente quando coincidem com traços de personalidade individuais. Entende-se, ainda, que a correlação entre a norma subjetiva e o egocentrismo sugere que indivíduos com maior orientação para o egocentrismo possuem uma maior aprovação social para comportamentos desviantes. Teoricamente, segundo Grasmick e colegas (1993), quando um indivíduo valoriza de forma predominante os seus próprios

interesses é mais provável que ignore normas sociais convencionais e se alinhe a normas desviantes. A combinação entre a baixa preocupação pelos outros e a percepção de aprovação social é significativa, principalmente em crimes como o tráfico de droga que promete um ganho monetário elevado (Piquero et al., 2005).

Uma correlação que suscitou interesse foi a ligação entre a valorização da influência de pessoas próximas que já se encontram na atividade e as tarefas físicas (componente da Escala de Baixo Autocontrolo), entendendo-se que quanto maior a dificuldade em realizar tarefas mentais monótonas ou persistentes e preferir adotar tarefas físicas desafiadoras e mais imediatas — um traço associado ao baixo autocontrolo, segundo Grasmick e colegas (1993) — menor é a percepção de que ter uma pessoa próxima envolvida no tráfico aumenta a probabilidade de também traficar. Indivíduos com baixo autocontrolo (aversão a tarefas exigentes ou repetitivas) tendem a focar-se mais nas recompensas imediatas e a subestimar fatores sociais e ambientais, como a influência de pares (Gottfredson & Hirschi, 1990). Assim, estes indivíduos não valorizam tanto a pressão ou o exemplo dos outros, pois tendem a agir de forma impulsiva (Gottfredson & Hirschi, 1990).

Por fim, a última correlação acontece entre a delinquência autorevelada e as componentes da Escala de Baixo Autocontrolo, onde se estabeleceu uma maior ligação com as componentes da impulsividade, do risco, do egocentrismo e do temperamento. A correlação entre a delinquência autorevelada (que funciona como a existência de comportamentos de tráfico e consumo prévios) e a impulsividade justifica-se pelo facto de os indivíduos mais impulsivos possuírem uma maior tendência a desenvolver comportamentos desviantes e esta correlação, embora moderada, entende que a impulsividade compromete a capacidade de inibição destes comportamentos, favorecendo decisões criminais (Grasmick et al., 1993). No que toca à correlação com a componente do risco, reforça-se a ideia de que indivíduos com baixo autocontrolo são mais facilmente atraídos para atividades mais perigosas e que apresentem níveis elevados de risco (Pratt & Cullen, 2000). A disposição para a correr riscos é, por isso, um grande preditor da delinquência (Vazsonyi et al., 2001). Quanto ao egocentrismo como componente correlacionada com a delinquência entende-se que indivíduos que tendem a colocar os seus interesses acima dos interesses dos outros, revelam maiores níveis de delinquência, refletindo a sua falta de empatia e consideração pelas outras pessoas como fatores que contribuem para o envolvimento em comportamentos

delinquentes (Grasmick et al., 1993). Por fim, quanto à correlação com a componente do temperamento, entende-se que indivíduos com maior instabilidade emocional e baixa tolerância à frustração tendem a adotar mais comportamentos impulsivos e agressivos (Vazsonyi et al., 2001).

Passando à discussão dos resultados das regressões, foi importante realizá-las principalmente entre as componentes da TCP, as componentes da Escala de Baixo Autocontrolo e a intenção de traficar droga. Estas componentes foram sempre vistas como preditores da intenção de traficar droga.

Na primeira regressão analisou-se as três componentes da TCP como preditores da intenção de traficar droga, onde se concluiu que o modelo explica 10,5% da intenção, destacando-se a norma subjetiva como um valor B positivo e significativo, o que sugere que a pressão social percebida pelo indivíduo tende a ter um impacto maior no seu processo de decisão. Segundo Ajzen (1991) a intenção do indivíduo depende das três componentes da TCP, contudo a literatura tem demonstrado que a norma subjetiva se apresenta mais influente do que as atitudes, já que a influência de pares e o desejo por aprovação social em contextos criminais são determinantes para a decisão do indivíduo (Tittle et al., 2003). Na segunda regressão analisou-se as vantagens e desvantagens das atitudes da TCP como preditores da intenção de traficar droga, onde se concluiu que 9,4% da intenção é explicada pelas crenças sobre as consequências positivas e negativas do comportamento em questão. A presença de vantagens aumenta ligeiramente a intenção, apesar de as desvantagens apresentarem um valor mais forte e negativo. Segundo Ajzen (2006), as atitudes resultam da avaliação das consequências do comportamento, onde são ponderados os benefícios e os custos percebidos. Nesta regressão percebeu-se que quando os indivíduos percebem mais custos (desvantagens) tendem a diminuir de forma mais incisiva a sua intenção de traficar. A terceira regressão utilizou os fatores facilitadores e os obstáculos do controlo comportamental percebido da TCP como preditores da intenção de traficar droga, demonstrando que o modelo explica 12,6% dessa intenção. Contudo, surge um resultado interessante – apesar de se esperar que os fatores facilitadores aumentem significativamente a intenção, nesta investigação conclui-se que os facilitadores apresentam um valor negativo e os obstáculos apresentam um valor positivo. Ou seja, segundo estes resultados, quantos mais facilitadores o indivíduo encontra menor será a sua intenção e quantos menos obstáculos encontra maior será a sua intenção. Estes resultados são contraditórios com a

TCP já que, em teoria, era de esperar que os facilitadores aumentassem a intenção e os obstáculos diminuíssem a intenção. Esta contradição pode ser justificada de quatro formas. Primeiramente, o comportamento nem sempre é racional e planeado da forma como a TCP defende, tendo em conta que o tráfico de droga é frequentemente entendido como sendo um comportamento influenciado pelos grupos sociais, pelos impulsos situacionais e pelas rotinas, o que reduz o impacto dos fatores do controlo comportamental percebido (O'Connell, 2000). Em segundo lugar, indivíduos com maior envolvimento no tráfico percebem mais obstáculos precisamente porque sabem os riscos reais dessa atividade, mas não veem esses obstáculos como desencorajadores, aumentando a intenção entre os já predispostos para o ato (Paternoster & Pogarsky, 2009). Em terceiro lugar, a normalização dos riscos é comum nas idades jovens (faixa etária com muita prevalência nesta investigação), levando a que o aumento da percepção dos obstáculos não funcione como fator inibidor (Sykes & Matza, 1957). Por último, em quarto lugar, o facto de o controlo comportamental percebido nem sempre ser percebido como um fator indireto da intenção porque tal como explica Ajzen (2002) este construto tem efeitos diretos e indiretos e, em situações onde o indivíduo sinta muito controlo sobre os seus atos, o mesmo pode nem considerar necessário intencioná-la, passando logo à ação.

Na quarta regressão combinou-se as componentes da TCP com as componentes da Escala de Baixo Autocontrole como preditores da intenção de traficar, chegando a uma explicação de 13,8%. A norma subjetiva mantém-se como o fator com maior importância no processo de tomada de decisão, apesar de o baixo autocontrole também contribuir de forma positiva e significativa. Segundo a Teoria Geral do Crime (Gottfredson e Hirschi, 1990), indivíduos com maiores níveis de baixo autocontrole apresentam níveis mais altos de impulsividade, que se guiam pelas gratificações imediatas e que dão menos importância às consequências a longo prazo – características recorrentemente associadas à prática de crimes como o tráfico de droga. Estudos empíricos têm apontado que o autocontrole é um dos preditores mais robustos da delinquência e a sua integração com as componentes da TCP só aumentam a sua predição, constituindo uma explicação mais completa e robusta do comportamento (Grasmick et al., 1993; Pratt & Cullen, 2000). Esta explicação também reflete os resultados da quinta regressão, onde se colocou as componentes da Escala de Baixo Autocontrole como preditores da intenção de traficar. Por si só, estas componentes do

baixo autocontrolo (impulsividade, preferência por tarefas simples, busca pelo risco, preferência por tarefas físicas, egocentrismo e temperamento) explicam 34,5% da intenção de traficar.

A sexta e última regressão apresenta a delinquência autorevelada (representativa de acontecimentos prévios de consumo ou tráfico) como preditor da intenção de traficar e constitui um valor percentual de 35,4%, demonstrando-se como o fator com maior valor preditor na intenção de traficar droga. Teoricamente, estes dados confirmam que o envolvimento anterior em comportamentos desviantes está fortemente ligado à normalização do crime e do seu cometimento (Bandura, 1990). Moffitt (1993) defende que jovens que cometem delitos precocemente estão mais propensos a desenvolver carreiras criminais persistentes, tornando o tráfico uma extensão funcional da sua trajetória desviante.

Passando às limitações deste estudo, destacam-se três. Primeiramente, o facto de se usar uma amostra não forense composta por indivíduos que à partida não têm envolvimento no tráfico droga. A solução seria, em próximas investigações, usar uma população forense como por exemplo de reclusos ou jovens institucionalizados. Em segundo lugar, a ausência de entrevistas, sendo que esta investigação recorreu exclusivamente a instrumentos quantitativos o que, apesar de permitir uma análise estatística robusta, limita a profundidade da compreensão sobre os significados individuais associados à intenção de traficar droga. A solução seria, em próximas investigações, utilizar entrevistas, visto que exploram mais profundamente as crenças e contextos sociais em que os indivíduos estão envolvidos e complementam os dados quantitativos. A terceira limitação prende-se com os níveis de *Cronbach* baixos. A solução seria, em próximas investigações, pensar em novos itens de análise.

Caso houvesse mais tempo para desenvolver esta investigação, as próximas etapas seriam a integração de entrevistas e a realização de comparações interculturais, de forma a entender se as intenções variam conforme as características sociodemográficas e contexto socioeconómico dos indivíduos.

Quanto às potencialidades que esta investigação pode trazer para a Criminologia, destaca-se o contributo inovador ao demonstrar de que forma dois modelos teóricos – a teoria do comportamento planeado e a teoria geral do crime – se articulam na previsão

da intenção no tráfico de droga. Demonstra-se, ainda, importante referir que este estudo fornece uma evidência empírica sólida de que variáveis como o autocontrolo e a delinquência passada são preditores robustos da intenção de traficar droga. Outra das suas potencialidades prende-se com o facto de esta investigação poder ser utilizada como uma ferramenta de avaliação de risco para o tráfico de droga. Por fim, permite não só validar teorias clássicas num contexto português como também reforçar a importância de programas de prevenção baseados no treino do autocontrolo.

Em suma, a presente investigação demonstrou, de forma clara e sustentada, de que forma os fatores individuais e sociais se interligam no processo de tomada de decisão de traficar droga. A articulação entre a teoria do comportamento planeado e a teoria geral do crime revelou-se particularmente relevante, permitindo olhar de uma forma multidisciplinar para o crime de tráfico de droga. As conclusões alcançadas não só validam teorias clássicas como também introduzem novas pistas para o desenvolvimento de estratégias de prevenção.

## Referências Bibliográficas

- Ajzen, I. (1988). *Attitudes, personality and behavior* (2.<sup>a</sup> ed.). Open University Press.
- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50(2), 179-211. [10.1016/0749-5978\(91\)90020-T](https://doi.org/10.1016/0749-5978(91)90020-T)
- Ajzen, I. (2002). *Perceived Behavioral Control, Self-Efficacy, Locus of Control, and the Theory of Planned Behavior*. *Journal of Applied Social Psychology*, 32(4), 665–683. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2002.tb00236.x>
- Ajzen, I., & Fishbein, M. (1975). *Belief, attitude, intention and behavior: An introduction to theory and research*. Addison-Wesley. <https://doi.org/10.2307/2065853>
- Ajzen, I., & Fishbein, M. (1980). *Understanding attitudes and predicting social behavior*. Prentice-Hall.
- Ajzen, I., & Fishbein, M. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50(2), 179-211. [https://doi.org/10.1016/0749-5978\(91\)90020-T](https://doi.org/10.1016/0749-5978(91)90020-T)
- Akens, R. L. (1991). *Social learning theory and social structure: A general theory of crime and deviance*. Northeastern University Press.
- Allport, G. W. (1935). Attitudes. *Handbook of social psychology*, 798–844.
- Alves, R. (2024). *Comportamento criminal: Uma perspectiva integrada* [Dissertação de Mestrado, UFP]. B-On.
- Anderson, N. H. (1971). Integration theory and attitude change. *Psychological Review*, 78(3), 171–206. <https://doi.org/10.1037/h0030834>
- Andrews, D. A., & Bonta, J. (2010). *The psychology of criminal conduct* (5.<sup>a</sup> ed.). LexisNexis. [http://www.antonioacasella.eu/archipsy/Andrews\\_Bonta\\_1994-2010.pdf](http://www.antonioacasella.eu/archipsy/Andrews_Bonta_1994-2010.pdf)
- Armitage, C. J., & Conner, M. (2001). Efficacy of the theory of planned behaviour: a meta-analytic review. *British Journal of Social Psychology*, 40(4), 471–499. <https://doi.org/10.1348/014466601164939>
- Arneklev, B. J., Grasmick, H. G., Tittle, C. R., & Bursik, R. J., Jr. (1993). Low self-control and imprudent behavior. *Journal of Quantitative Criminology*, 9(3), 225–247. <https://doi.org/10.1007/BF01064461>
- Asch, S. E. (1951). Effects of group pressure upon the modification and distortion of judgments. *Groups, leadership and men*, 177–190.
- Bandura, A. (1982). Self-efficacy mechanism in human agency. *American Psychologist*, 37(2), 122–147. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.37.2.122>

- Bandura, A. (1990). Mechanisms of moral disengagement. *Origins of terrorism: Psychologies, ideologies, states of mind*, 161–191.
- Baumeister, R. F., Bratslavsky, E., Muraven, M., & Tice, D. M. (1998). Ego depletion: Is the active self a limited resource? *Journal of Personality and Social Psychology*, 74(5), 1252–1265. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.74.5.1252>
- Baumeister, R. F., Vohs, K. D., & Tice, D. M. (2006). The strength model of self-control. *Current Directions in Psychological Science*, 16(6), 351–355. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8721.2007.00534.x>
- Beaver, K. M., Wright, J. P., & DeLisi, M. (2016). Self-control and crime over the life course. *Development of Criminal and Antisocial Behavior*, 53–65.
- Becker, G. S. (1968). Crime and punishment: An economic approach. *Journal of Political Economy*, 76(2), 169–217. <https://doi.org/10.1086/259394>
- Becker, H. S. (1963). *Outsiders: Studies in the sociology of deviance*. Free Press. [https://monoskop.org/images/2/2b/Becker\\_Howard\\_Outsiders\\_Studies\\_In\\_The\\_Sociology\\_Of\\_Deviance\\_1963.pdf](https://monoskop.org/images/2/2b/Becker_Howard_Outsiders_Studies_In_The_Sociology_Of_Deviance_1963.pdf)
- Bentham, J. (1907). *An introduction to the Principles of models na legislation*. Batoche Books. <https://historyofeconomicthought.mcmaster.ca/bentham/morals.pdf>
- Bowen, E., Heron, J., & Rogers, S. (2014). Low self-control and adolescent drug dealing: An examination of urban youth. *Journal of Adolescent Research*, 29(5), 679–704.
- Campana, P., & Vanese, V. (2022). Illicit drug markets and trafficking networks. *Oxford University Press*.
- Carpenter, C. S., & Reimers, J. (2005). Peer effects in drug use: Evidence from the National Longitudinal Study of Adolescent Health. *Journal of Health Economics*, 24(2), 234–253.
- Cassey, T. (2015). Drug trafficking and self-control: A predictive model of adolescent criminality. *Journal of Youth and Adolescence*, 44(1), 85–102.
- Clarke, R. V. (1997). *Situational crime prevention: successful case studies* (2.<sup>a</sup> ed). Harrow and Heston. [https://popcenter.asu.edu/sites/default/files/scp2\\_intro\\_0\\_0.pdf](https://popcenter.asu.edu/sites/default/files/scp2_intro_0_0.pdf)
- Clarke, R. V. (2008). *Situational crime prevention*, 38, 91–150. <https://doi.org/10.4135/9781412959193.n45>
- Cloward, R. A., & Ohlin, L. E. (1960). Delinquency and opportunity: A theory of delinquent gangs. *Free Press*.

- Cohen, A. K. (1971). *Delinquent boys: The culture of the gang*. A Free Press Paperback. <https://pt.scribd.com/document/708431569/Albert-K-Cohen-Delinquent-Boys-the-Culture-of-the-Gang-1971-The-Free-Press-Libgen-li>
- Cornish, D. B., & Clarke, R. V. (1987). *The reasoning criminal: rational choice perspectives on offending* (1.<sup>a</sup> ed). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315134482>
- Cornish, D. B., & Clarke, R. V. (2017). *The reasoning criminal: Rational choice perspectives on offending*. Springer-Verlag. [10.4324/9781315134482](https://doi.org/10.4324/9781315134482)
- Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro. (1993). Diário da República: 1.<sup>a</sup> série. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/15-1993-585178>
- Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro. (1987). Diário da República: 1.<sup>a</sup> série. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/78-1987-662562>
- DeLisi, M., & Vaughn, M. G. (2008). The Gottfredson–Hirschi critiques revisited: Reconciling self-control theory, criminal careers, and career criminals. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 52(5), 520–537. <https://doi.org/10.1177/0306624X07308553>
- Deutsch, M., & Gerard, H. B. (1995). A study of normative and informational social influences upon individual judgment. *National Library of Medicine*, 51(3), 629–636. [10.1037/h0046408](https://doi.org/10.1037/h0046408)
- Diwan, M. (2023). Global drug trafficking: An overview. *National Forensic Sciences University*. <https://www.researchgate.net/publication/375186468>
- Elster, J. (1986). *Rational choice*. New York University Press. [https://books.google.pt/books?hl=ptPT&lr=&id=2OY8DAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA1&dq=Elster,+J.+\(1986\).+Rational+choice.&ots=I8Xz8ghhh&sig=XazbVtvcu\\_GWRCKzzJUumgXUjVo&redir\\_esc=y#v=onepage&q=Elster%2C%20J.%20\(1986\).%20Rational%20choice.&f=false](https://books.google.pt/books?hl=ptPT&lr=&id=2OY8DAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA1&dq=Elster,+J.+(1986).+Rational+choice.&ots=I8Xz8ghhh&sig=XazbVtvcu_GWRCKzzJUumgXUjVo&redir_esc=y#v=onepage&q=Elster%2C%20J.%20(1986).%20Rational%20choice.&f=false)
- Epstein, S. (1994). Integration of the cognitive and the psychodynamic unconscious. *American Psychologist*, 49(8), 709–724. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.49.8.709>
- European Union Agency for Law Enforcement Cooperation. (2022). *UE Drug Markets Report*. <https://www.europol.europa.eu/publications-events/publications/eu-drug-markets-report>
- Europol. (2021). *Serious and Organised Crime Threat Assessment*. [https://www.europol.europa.eu/cms/sites/default/files/documents/socta2021\\_1.pdf](https://www.europol.europa.eu/cms/sites/default/files/documents/socta2021_1.pdf)

- Europol. (2025). *Serious and Organised Crime Threat Assessment*. <https://www.europol.europa.eu/publication-events/main-reports/changing-dna-of-serious-and-organised-crime>
- Evans, J. S. B. T., & Stanovich, K. E. (2013). Dual-process theories of higher cognition: Advancing the debate. *Perspectives on Psychological Science*, 8(3), 223–241. <https://doi.org/10.1177/1745691612460685>
- Felson, M. (2002). *Crime and everyday life* (3.<sup>a</sup> ed.). Pine Forge Press.
- Felson, R. B., & Staff, J. (2017). Committing economic crime for drug money. *Crime & Delinquency*, 63(4), 375–390. [10.1177/0011128715591696](https://doi.org/10.1177/0011128715591696)
- Ferri, C. P., Marsden, J., & Ali, R. (2005). Family functioning and drug use: A systematic review. *Drug and Alcohol Dependence*, 77(2), 113–130.
- Festinger, L. (1950). Informal social communication. *Psychological Review*, 57(5), 271–282. <https://doi.org/10.1037/h0056932>
- Flannery, D. J., Vazsonyi, A. T., & Rowe, D. C. (2012). Low self-control and aggression: A meta-analytic review. *Criminal Justice and Behavior*, 39(3), 325–342.
- Francis, J. J., Eccles, M. P., Johnston, M., Walker, A., Grimshaw, J., Foy, R. & Bonetti, D. (2004). Constructing questionnaires based on the theory of planned behaviour: a manual for health services researchers. *City Research Online*. <http://openaccess.city.ac.uk/id/eprint/1735>
- Friedman, H. S., Schustack, M. W., & Hafner, L. P. (2008). *Personality: classic theories and modern research* (3.<sup>a</sup> ed.). Pearson Education.
- Gallo, A. C. (2023). *Psicologia Jurídica*. Freitas Bastos.
- Gelder, J. L. V. (2017). *The role of affect and cognition in criminal decision making*. Routledge.
- Gomes, H., & Pereira, M. (2014). A Teoria Geral do Crime e o autocontrole: Uma abordagem empírica em contexto juvenil português. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 22(106), 321–342.
- Grasmick, H. G., Tittle, C. R., Bursik Jr, R. J., & Arneklev, B. J. (1993). Testing the core empirical implications of Gottfredson and Hirschi's general theory of crime. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 30(1), 5–29. <https://doi.org/10.1177/0022427893030001002>
- Gottfredson, M. R., & Hirschi, T. (1990). *A General Theory of Crime*. Stanford University Press.

- Gottfredson, M. R., & Hirschi, T. (1994). *The generality of deviance*. *Journal of Quantitative Criminology*, 10(1), 33–55. <https://doi.org/10.4324/9781351294447>
- Gottfredson, M. R. (2006). *Self-control and crime. Taking stock: The status of criminological Theory*, 377-404.
- Hagger, M. S., Cheung, M. W.-L., Ajzen, I., & Hamilton, K. (2022). *Perceived behavioral control moderating effects in the theory of planned behavior: A meta-analysis*. *Health Psychology*, 41(2), 155–167. [10.1037/hea0001153](https://doi.org/10.1037/hea0001153)
- Hill, M., & Hill, A. (2009). *Investigação por questionário* (2.<sup>a</sup> ed.). Edições Sílabo.
- Hirschi, T. (1969). *Causes of delinquency*. Routledge. [https://api.pageplace.de/preview/DT0400.9781351529723\\_A30635299/preview-9781351529723\\_A30635299.pdf](https://api.pageplace.de/preview/DT0400.9781351529723_A30635299/preview-9781351529723_A30635299.pdf)
- Hirschi, T., & Gottfredson, M. R. (1993). Commentary: Testing the general theory of crime. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 30(1), 47–54. <https://doi.org/10.1177/0022427893030001004>
- Hogg, M. A., & Vaughan, G. M. (2011). *Social psychology* (6.<sup>a</sup>ed.). Pearson.
- Hogg, M. A., & Vaughan, G. M. (2018). *Social psychology* (8.<sup>a</sup> ed.). Person. <https://library.hugonote.com/Data/pdf/Hogg.pdf>
- Hogg, M. A., & Vaughan, G. M. (2022). *Social psychology* (9.<sup>a</sup> ed.). Pearson.
- Kahneman, D. (2011). *Thinking, fast and slow*. Farrar, Straus and Giroux. <https://ia800603.us.archive.org/10/items/DanielKahnemanThinkingFastAndSlow/Daniel%20Kahneman-Thinking%2C%20Fast%20and%20Slow%20%20.pdf>
- Little, M., & Steinberg, L. (2006). Psychosocial correlates of adolescent drug dealing in the inner city: Potential roles of opportunity, conventional commitments, and maturity. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 43(4), 357–386. <https://doi.org/10.1177/0022427806291260>
- Little, M., & Steinberg, L. (2006). Psychosocial maturity and desistance from crime in a sample of serious juvenile offenders. *Journal of Youth and Adolescence*, 35(3), 367–385. <https://ojjdp.ojp.gov/sites/g/files/xyckuh176/files/pubs/248391.pdf>
- Mackie, D. M., & Goethals, G. R. (2000). Individual and group goals. *Group Processes*, 144-166).
- Madden, T. J., Ellen, P. S., & Ajzen, I. (1992). A comparison of the theory of planned behavior and the theory of reasoned action. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 18(1), 3–9. <https://doi.org/10.1177/0146167292181001>

- Malloy-Diniz, L. F., Fuentes, D., Leite, W. B., Correa, H., & Bechara, A. (2010). Impulsivity: A dimensional approach. *Archives of Clinical Neuropsychology*, 25(2), 141–149.
- Marsh, I. (2020). *Theories of crime* (2.<sup>a</sup> ed.). Routledge.
- McGuire, W. J. (1986). The myth of massive media impact: Savagings and salvagings. *Public communication and behavior* (1), 173–257. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-543201-6.50007-7>
- Merton, R. K. (1938). Social structure and anomie. *American Sociological Review*, 3(5), 672–682. <https://doi.org/10.2307/2084686>
- Metcalf, J., & Mischel, W. (1999). A hot/cool-system analysis of delay of gratification: Dynamics of willpower. *Psychological Review*, 106(1), 3–19. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.106.1.3>
- Mischel, W. (1974). Processes in delay of gratification. *Advances in Experimental Social Psychology*, 7, 249–292. [https://doi.org/10.1016/S0065-2601\(08\)60039-8](https://doi.org/10.1016/S0065-2601(08)60039-8)
- Michel, W. (1989). The self-control controversy: A developmental approach. *Child Development*, 60 (3), 685–692.
- Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, 100(4), 674–701. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.100.4.674>
- Moffitt, T. E. (2011). Disentangling the influences of genes, environment, and their interplay on behavior: evidence from the Dunedin Study (6.<sup>a</sup> ed.). *Behavioral genetics*, 257–270.
- Morris, E. K., & Miller, R. L. (1975). *Resistance to social influence: a review and integration*. *Psychological Bulletin*, 82(5), 934–958.
- Muraven, M., & Baumeister, R. F. (2000). Self-regulation and depletion of limited resources: Does self-control resemble a muscle? *Psychological Bulletin*, 126(2), 247–259 <https://doi.org/10.1037/0033-2909.126.2.247>
- Nagin, D. S. (1998). Criminal deterrence research at the outset of the twenty-first century. *Crime and Justice*, 23, 1–42. <http://www.jstor.org/stable/1147539>
- Neto, D. (2016). Políticas públicas de drogas em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 110, 35–56.
- O'Connell, D. (2000). Illicit behavior and the rational actor: Testing the theory of planned behavior and rational choice theory. *Deviant Behavior*, 21(6), 471–500.

- Paternoster, R., & Pogarsky, G. (2009). Rational choice, agency, and thoughtfully reflective decision making: the short and long-term consequences of making good choices. *Journal of Quantitative Criminology*, 25(2), 103-127. [10.1007/s10940-009-9065-y](https://doi.org/10.1007/s10940-009-9065-y)
- Pechorro, P., Vieira, R. X., & Maroco, J. (2022). A Escala de Autocontrolo de Grasmick: Propriedades psicométricas numa amostra portuguesa de jovens. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 35(1), 1–10.
- Piquero, A. R., & Bouffard, J. A. (2007). Something old, something new: A preliminary investigation of Hirschi's redefined self-control. *Justice Quarterly*, 24(1), 1–27.
- Pratt, T. C., & Cullen, F. T. (2000). The empirical status of Gottfredson and Hirschi's General Theory of Crime: A meta-analysis. *Criminology*, 38(3), 931–964. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2000.tb00911.x>
- Próspero-Luís, J. (2014). *Psicologia social das atitudes e da persuasão* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/76090>
- Rêgo, M., Cardoso, L., & Torres, A. (2021). Políticas de drogas e reinserção social: A experiência portuguesa. *Sociedade e Estado*, 36(3), 765–789.
- Roth, J. A., Mehta, K., & Mahoney, C. (2010). Perceived risk and criminal deterrence: New evidence from qualitative research. *Journal of Drug Issues*, 40(3), 575–602.
- Sampson, R. J., & Laub, J. H. (1995). Crime in the making: Pathways and turning points through life. *Canadian Journal of Sociology*, 74(1). [10.2307/3340743](https://doi.org/10.2307/3340743)
- Sampson, R. J., & Wilson, W. J. (1995). Toward a theory of race, crime, and urban inequality. *Open Access Library Journal*, 3(11), 37–54. [10.4324/9781003060581-24](https://doi.org/10.4324/9781003060581-24)
- Shaw, M. E., Rothschild, J., & Strickland, B. R. (1957). Some effects of the size and composition of groups on behavior in face-to-face and indirect communication. *Journal of Applied Psychology*.
- Sherif, M. (1936). *The psychology of social norms*. Harper. <https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.264611/page/n1/mode/2up>
- Shikida, P. F. A., Schlemper, A. L., & Bauermann, B. F. C. (2019). Juvenile criminality: Evidence from prisoners in two Brazilian states. *Journal of Criminal Justice*, 1(1), 1-11. [10.1177/07340168211038326](https://doi.org/10.1177/07340168211038326)
- Shoda, Y., Mischel, W., & Peake, P. K. (1990). Predicting adolescent cognitive and self-regulatory competencies from preschool delay of gratification. *Developmental Psychology*, 26(6), 978–986. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.26.6.978>

- Sistema de Segurança Interna. (2025). *Relatório Anual de Segurança Interna 2024*.  
<https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDExNwYAs4WfKQUAAAA%3d>
- Smith, M. B., Bruner, J. S., & White, R. W. (1956). *Opinions and personality*. Wiley.
- Steinberg, L., Albert, D., Cauffman, E., Banich, M., Graham, S., & Woolard, J. (2009). Age differences in sensation seeking and impulsivity as indexed by behavior and self-report: Evidence for a dual systems model. *Developmental Psychology, 44*(6), 1764–1778.
- Strack, F., & Deutsch, R. (2004). Reflective and impulsive determinants of social behavior. *Personality and Social Psychology Review, 8*(3), 220–247.  
[https://doi.org/10.1207/s15327957pspr0803\\_1](https://doi.org/10.1207/s15327957pspr0803_1)
- Sutherland, E. H., & Cressey, D. R. (1960). *Principles of criminology* (6.<sup>a</sup> ed.). The times of India Press.  
[https://ia601407.us.archive.org/10/items/in.ernet.dli.2015.136269/2015.136269.Principles-Of-Criminology-Ed-6th\\_text.pdf](https://ia601407.us.archive.org/10/items/in.ernet.dli.2015.136269/2015.136269.Principles-Of-Criminology-Ed-6th_text.pdf)
- Sykes, G. M., & Matza, D. (1957). Techniques of neutralization: A theory of delinquency. *American Sociological Review, 22*(6), 664–670.  
<https://doi.org/10.2307/2089195>
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. *The social psychology of intergroup relations*, 33–47.
- Tangney, J. P., Baumeister, R. F., & Boone, A. L. (2004). High self-control predicts good adjustment, less pathology, better grades, and interpersonal success. *Journal of Personality, 72*(2), 271–324. <https://doi.org/10.1111/j.0022-3506.2004.00263.x>
- Tangney, J. P., Stuewig, J., & Mashek, D. J. (1996). Moral emotions and moral behavior. *Annual Review of Psychology, 58*(1), 345–372.  
[10.1146/annurev.psych.56.091103.070145](https://doi.org/10.1146/annurev.psych.56.091103.070145)
- Tangney, J. P., Wagner, P. E., Hill-Barlow, D., Marschall, D. E. & Gramzow, R. (1996). Relation of shame and guilt to constructive versus destructive responses to anger across the lifespan. *Journal of Personality and Social Psychology, 70*(4), 797–809.  
[10.1037/0022-3514.70.4.797](https://doi.org/10.1037/0022-3514.70.4.797)
- Thomas, K. J., & McGloin, J. M. (2013). A dual systems approach for understanding differential susceptibility to processes of peer influence. *Criminology, 51*(2), 435–474.  
<https://doi.org/10.1111/1745-9125.12010>

- Tittle, C. R., Villemez, W. J., & Smith, D. A. (2003). The role of peer influence in criminal behavior. *The psychology of criminal conduct*, 234–260. Routledge.
- Treiber, K. (2013). Dual-processing theories and criminal decision making: A neurocognitive perspective. *Advances in psychology and law* (pp. 195–218). Springer. [https://doi.org/10.1007/978-1-4614-6097-2\\_8](https://doi.org/10.1007/978-1-4614-6097-2_8)
- Tonry, M. (2008). Learning from the limitations of deterrence research. *Crime and Justice*, 37(1), 279–311. <http://www.jstor.org/stable/10.1086/524825>
- Turner, M. G., Piquero, A. R., & Pratt, T. C. (2005). The school context as a source of self-control. *Journal of Criminal Justice*, 33(4), 327–339. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2005.04.003>
- Ullmann, L. P., & Krasner, L. (1976). *Análise comportamental: Modificação do comportamento – princípios e procedimentos*. EPU.
- Ullmann, L. P., & Krasner, L. (1979). *Análise comportamental: Modificação do comportamento – princípios e procedimentos* (2ª ed.). EPU.
- Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes. (2025). *Relatório anual estatística TCD 2024*. <https://www.policiajudiciaria.pt/wp-content/uploads/2025/03/Relatorio-Anual-2024-Estatistica-TCD.pdf>
- United Nations Office on Drugs and Crime. (2023). *World drug report*. [https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/Exsum\\_wdr2023.html](https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/Exsum_wdr2023.html)
- Vazsonyi, A. T., Pickering, L. E., Junger, M., & Hessing, D. (2001). An empirical test of a general theory of crime: A four-nation comparative study of self-control and the prediction of deviance. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 38(2), 91–131. <https://doi.org/10.1177/0022427801038002001>
- Warr, M. (2002). *Companions in crime: The social aspects of criminal conduct*. Cambridge University Press. <https://catdir.loc.gov/catdir/samples/cam031/2001037395.pdf>
- Wilder, D. (1977). *Social influence: the role of cognitive and affective processes*. *Advances in experimental social psychology*, 10, 1–61.
- World Health Nations. (2023). WHO drug information. *WHO Drug Information*, 37(3), 573-910. <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/373341/9789240081390-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Zuckerman, M. (2007). *Risk-taking behavior*. *Encyclopedia of psychology*, 7, 210-213.

## Anexo A – Formulário de Consentimento Informado

**Consentimento Informado**

Compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da participação na investigação que se tenciona realizar, bem como do estudo em que serei incluído.

Tomei conhecimento de que a informação ou explicação que me foi prestada versou os objetivos e os métodos. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a todo o tempo a minha participação no estudo, sem que isso possa ter como efeito qualquer prejuízo pessoal.

Foi-me assegurado que as minhas respostas serão confidenciais e utilizadas única e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardadas em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão.

Se autorizar, prossiga para a próxima página.

[Anterior](#) [Seguinte](#) [Limpar formulário](#)

**Anexo B – Questionário do estudo de Elicitação**

**1. Quais seriam as vantagens de traficar droga?**

---

---

---

**2. Quais seriam as desvantagens de traficar droga?**

---

---

---

**3. Há mais alguma coisa que queira dizer sobre traficar droga?**

---

---

---

**4. Há algum familiar, amigo, grupo ou pessoa que aprovaria que traficasse?**

---

---

---

**5. Há algum familiar, amigo grupo ou pessoa que desaprovaria que traficasse?**

---

---

---

**6. Há mais alguma coisa que queira dizer sobre o que julga que os outros pensam sobre traficar?**

---

---

---

**7. Que acontecimentos o poderiam ajudar ou facilitar a traficar?**

---

---

---

**8. Que acontecimentos o  
poderiam dificultar ou  
impedir de traficar?**

---

---

---

**9. Há mais algum assunto que  
lhe venha à cabeça quando  
pensa em traficar?**

---

---

---

## Anexo C – Questionário da Teoria do Comportamento Planeado

**Parte 1.1**

Instruções: As seguintes afirmações podem ser usadas para expressar possíveis vantagens e desvantagens de vender droga. Cada afirmação é seguida por números de 1 a 7, sendo que 1 corresponde a **"Pouco Provável"** e 7 corresponde a **"Muito Provável"**.

Na sua opinião quão provável é cada uma destas vantagens/desvantagens quando alguém vende droga? Assinale o número que corresponde à sua resposta.

1. Se eu vender droga vou ganhar muito dinheiro. \*

1 2 3 4 5 6 7

Pouco Provável        Muito Provável

2. Se eu vender droga vou obter poder. \*

1 2 3 4 5 6 7

Pouco Provável        Muito Provável

3. Se eu vender droga vou estar isento de impostos. \*

1 2 3 4 5 6 7

Pouco Provável        Muito Provável

4. Se eu vender droga vou ser preso. \*

1 2 3 4 5 6 7

Pouco Provável        Muito Provável

5. Se eu vender droga vou estar a causar conflitos interpessoais. \*

	1	2	3	4	5	6	7	
Pouco Provável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito Provável

6. Se eu vender droga vou ficar mal visto aos olhos da sociedade. \*

	1	2	3	4	5	6	7	
Pouco Provável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito Provável

7. Se eu vender droga vou ser exposto a situações de violência. \*

	1	2	3	4	5	6	7	
Pouco Provável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito Provável

8. Se eu vender droga vou causar prejuízos a outras pessoas. \*

	1	2	3	4	5	6	7	
Pouco Provável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito Provável

9. Se eu vender droga vou contra os meus valores e princípios. \*

	1	2	3	4	5	6	7	
Pouco Provável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito Provável

## Parte 1.2

### Instruções:

Classifique as seguintes afirmações de acordo com o quanto gostaria que elas acontecessem, desta vez não sendo específico ao tráfico de droga. Cada afirmação é seguida por números de 1 a 7, sendo que 1 corresponde a "Pouco Desejável" e 7 corresponde a "Muito Desejável".

1. Para mim, ganhar dinheiro é: \*

	1	2	3	4	5	6	7	
Pouco Desejável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito Desejável

2. Para mim, ter poder é: \*

	1	2	3	4	5	6	7	
Pouco Desejável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito Desejável

3. Para mim, ficar isento de impostos é: \*

	1	2	3	4	5	6	7	
Pouco Desejável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito Desejável

4. Para mim, ser preso é: \*

	1	2	3	4	5	6	7	
Pouco Desejável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito Desejável

5. Para mim, manter boas relações interpessoais é: \*

	1	2	3	4	5	6	7	
Pouco Desejável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito Desejável

6. Para mim, ser bem visto pela sociedade é: \*

	1	2	3	4	5	6	7	
Pouco Desejável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito Desejável

7. Para mim, ser exposto a situações de violência é: \*

	1	2	3	4	5	6	7	
Pouco Desejável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito Desejável

8. Para mim, causar prejuízo a outras pessoas é: \*

	1	2	3	4	5	6	7	
Pouco Desejável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito Desejável

9. Para mim, ser fiel aos meus valores e princípios é: \*

	1	2	3	4	5	6	7	
Pouco Desejável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito Desejável

## Parte 2.1

Instruções: Esta parte do questionário contém afirmações que descrevem as opiniões de diferentes pessoas e grupos sobre o crime de tráfico de droga. Cada afirmação é seguida por números de 1 a 7, sendo que 1 corresponde a algo que a pessoa/grupo acha que "**Não Deveria**" fazer e o 7 corresponde a algo que a pessoa/grupo acha que "**Deveria**" fazer.

De acordo com aquilo que sabe, qual a opinião das seguintes pessoas/grupos sobre vender droga? Assinale o número que corresponde à sua resposta.

1. A minha família acha que eu **não deveria/deveria** vender droga. \*

	1	2	3	4	5	6	7	
Não Deveria	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Deveria

2. Os meus amigos acham eu **não deveria/deveria** vender droga. \*

	1	2	3	4	5	6	7	
Não Deveria	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Deveria

## Parte 2.2

Instruções: Nesta parte do questionário é-lhe pedido que indique o quão importante para si é a opinião de cada uma das pessoas/grupos apresentados. Cada afirmação é seguida por números de 1 a 7, sendo que 1 indica que a opinião da pessoa/grupo é "**Nada Importante**" e o 7 indica que a opinião da pessoa/grupo é "**Muito Importante**".

1. Para mim a opinião da minha família é: \*

	1	2	3	4	5	6	7	
Nada Importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito Importante

2. Para mim a opinião dos meus amigos é: \*

	1	2	3	4	5	6	7	
Nada Importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito Importante

Parte 3.1

Imagine que se encontra numa situação em que tem a oportunidade de vender droga. Das seguintes afirmações, responda de acordo com aquilo que acha mais provável de acontecer.

Assinale o número que corresponde à sua resposta, sendo que o 1 indica algo **"Pouco Provável"** de acontecer e o 7 indica algo **"Muito Provável"** de acontecer.

1. Quão provável é um possível traficante viver num ambiente social disfuncional? \*

1   2   3   4   5   6   7

Pouco Provável                        Muito Provável

2. Quão provável é um possível traficante ter pessoas próximas que já tenham vendido droga? \*

1   2   3   4   5   6   7

Pouco Provável                        Muito Provável

3. Quão provável é um possível traficante ter dificuldades financeiras? \*

1   2   3   4   5   6   7

Pouco Provável                        Muito Provável

4. Quão provável é um possível traficante ter problemas psicológicos? \*

1   2   3   4   5   6   7

Pouco Provável                        Muito Provável

5. Quão provável é um possível traficante ter contacto com pessoas que estão envolvidas em comportamentos de risco/ilegais? \*

1   2   3   4   5   6   7

Pouco Provável                        Muito Provável

⋮

6. Quão provável é um possível traficante não valorizar os seus valores e princípios? \*

1      2      3      4      5      6      7

Pouco Provável                                Muito Provável

---

7. Quão provável é um possível traficante ter medo de ser preso? \*

1      2      3      4      5      6      7

Pouco Provável                                Muito Provável

---

8. Quão provável é que um possível traficante possua valores e princípios morais que o impeçam de vender droga? \*

1      2      3      4      5      6      7

Pouco Provável                                Muito Provável

---

⋮

9. Quão provável é que um possível traficante tenha receio de prejudicar outras pessoas? \*

1      2      3      4      5      6      7

Pouco Provável                                Muito Provável

---

10. Quão provável é que um possível traficante tenha medo de estar exposto a situações de violência? \*

1      2      3      4      5      6      7

Pouco Provável                                Muito Provável

---

11. Quão provável é haver policiamento numa zona de tráfico de droga? \*

1      2      3      4      5      6      7

Pouco Provável                                Muito Provável

Parte 3.2



Instruções: As seguintes afirmações apresentam diferentes situações onde seria possível cometer um crime de tráfico de droga. Na sua opinião, indique a probabilidade de vender droga quando algum destes obstáculos ou ajudas está presente.

Assinale o número que corresponde à sua resposta, sendo que o 1 indica algo **"Menos Provável"** de acontecer e o 7 indica algo **"Mais Provável"** de acontecer.

1. Quando se está inserido num ambiente familiar disfuncional é **menos/mais provável** vender <sup>\*</sup> droga.

	1	2	3	4	5	6	7	
Menos Provável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Mais Provável

2. Quando se é próximo de uma pessoa que já tenha vendido droga é **menos/mais provável** vender droga. <sup>\*</sup>

	1	2	3	4	5	6	7	
Menos Provável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Mais Provável

3. Quando se tem dificuldades financeiras é **menos/mais provável** vender droga. <sup>\*</sup>

	1	2	3	4	5	6	7	
Menos Provável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Mais Provável

4. Quando se tem problemas psicológicos é **menos/mais provável** vender droga. <sup>\*</sup>

	1	2	3	4	5	6	7	
Menos Provável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Mais Provável

5. Quando se tem contacto com pessoas envolvidas em comportamentos de risco/ilegais é **menos/mais provável** vender droga. <sup>\*</sup>

	1	2	3	4	5	6	7	
Menos Provável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Mais Provável

## Autocontrolo e Tomada de Decisão no Tráfico de Droga

⋮

6. Quando não se valorizam os valores e princípios da sociedade é **menos/mais provável** vender droga. \*

	1	2	3	4	5	6	7	
Menos Provável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Mais Provável

7. Quando se tem medo de ser preso é **menos/mais provável** vender droga. \*

	1	2	3	4	5	6	7	
Menos Provável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Mais Provável

8. Quando se valorizam os próprios valores e princípios morais é **menos/mais provável** vender droga. \*

	1	2	3	4	5	6	7	
Menos Provável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Mais Provável

9. Quando se tem receio de prejudicar outras pessoas é **menos/mais provável** vender droga. \*

	1	2	3	4	5	6	7	
Menos Provável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Mais Provável

10. Quando se tem medo de ser exposto a situações de violência é **menos/mais provável** vender droga. \*

	1	2	3	4	5	6	7	
Menos Provável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Mais Provável

11. Quando existe pouco policiamento é **menos/mais provável** vender droga. \*

	1	2	3	4	5	6	7	
Menos Provável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Mais Provável

Secção 10 de 14

Parte 4.1



Instruções: As seguintes afirmações dizem respeito à intenção de cometer o crime de tráfico de droga. Responda de acordo com aquilo que pensa de 1 a 10.

Intenção 1 \*

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Eu tenho a certeza de que nunca na minha vida traficarei droga.

É possível eu vir a traficar droga

Intenção 2 \*

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

É impossível eu alguma vez traficar droga.

Em certas circunstâncias eu poderei vir a traficar droga.

Intenção 3 \*

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Nunca na vida irei traficar droga.

Há alguma hipótese de eu vir a traficar droga.

Secção 11 de 14

Parte 4.2



Instruções: As seguintes afirmações dizem respeito à intenção de cometer o crime de tráfico de droga. Responda de acordo com aquilo que pensa.

Cada afirmação é seguida por números de 1 a 7, sendo que 1 indica que a opinião da pessoa/grupo é **"Discordo Completamente"** e o 7 indica que a opinião da pessoa/grupo é **"Concordo Completamente"**.

1. Eu espero vir a traficar droga. \*

1   2   3   4   5   6   7

Discordo Completamente                        Concordo Completamente

2. Eu quero traficar droga. \*

1   2   3   4   5   6   7

Discordo Completamente                        Concordo Completamente

3. Eu tenho a intenção de traficar droga. \*

1   2   3   4   5   6   7

Discordo Completamente                        Concordo Completamente

Secção 12 de 14

Parte 5



Instruções: As seguintes afirmações dizem respeito ao seu envolvimento em comportamentos relacionados com a droga.

1. Já **vendi** drogas leves (ex: haxixe; cannabis) \*

- Nunca
- 1 a 3 vezes
- 4 a 6 vezes
- Mais de 6 vezes

2. Já **vendi** drogas pesadas (ex: cocaína; heroína; MDMA; LSD) \*

- Nunca
- 1 a 3 vezes
- 4 a 6 vezes
- Mais de 6 vezes

3. Já **consumi** drogas leves (ex: haxixe; cannabis) \*

- Nunca
- 1 a 3 vezes
- 4 a 6 vezes
- Mais de 6 vezes

4. Já **consumi** drogas pesadas (ex: cocaína; heroína; MDMA; LSD) \*

- Nunca
- 1 a 3 vezes
- 4 a 6 vezes
- Mais de 6 vezes

## Anexo D – Escala de Baixo Autocontrolo

Secção 13 de 14

Parte 6

Este questionário contém afirmações que diferentes pessoas poderiam usar para se descreverem a si próprias.

Cada afirmação é seguida por 4 opções:

**Discordo Totalmente**  **Discordo**  **Concordo**  **Concordo Totalmente.**

Para cada afirmação, assinale a opção que melhor o descreve. Não existem respostas corretas ou erradas; selecione apenas a que melhor o descreve.

Por favor leia com atenção e responda com a maior sinceridade possível.

1. Frequentemente faço as coisas impulsivamente em vez de parar para pensar. \*

Discordo Totalmente

Discordo

Concordo

Concordo Totalmente

2. Não dedico nem muito tempo nem esforço a preparar o futuro. \*

Discordo Totalmente

Discordo

Concordo

Concordo Totalmente

3. Frequentemente faço o que me dá prazer no momento presente, mesmo que isso tenha custos no futuro. \*

Discordo Totalmente

Discordo

Concordo

Concordo Totalmente

4. Preocupo-me mais com o que me acontece a curto prazo do que a longo prazo. \*

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente

...

5. Frequentemente tento evitar projetos que sei que serão difíceis. \*

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente

6. Quando as coisas se complicam costumo desistir ou ir-me embora. \*

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente

7. As coisas na vida que são mais fáceis de fazer são as que me dão mais prazer. \*

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente

⋮

8. Não gosto de tarefas muito difíceis que forcem as minhas capacidades até ao limite. \*

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente

9. Gosto de me testar de vez em quando, fazendo alguma coisa arriscada. \*

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente

10. Às vezes corro riscos só porque me dá gozo. \*

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente

11. Às vezes dá-me gozo fazer coisas que me podem vir a dar problemas. \*

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente

12. A aventura e a excitação são mais importantes para mim que a segurança. \*

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente

13. Se tiver escolha, prefiro fazer atividades físicas do que atividades mentais. \*

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente

14. Quase sempre me sinto melhor a fazer coisas do que a ficar sentado a pensar. \*

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente

15. Gosto mais de sair e fazer coisas do que ficar a ler ou a pensar \*

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente

16. Penso sempre em mim em primeiro lugar, mesmo que isso torne as coisas difíceis para as outras pessoas. \*

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente

17. Não tenho grande simpatia pelas outras pessoas quando elas têm problemas. \*

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente

⋮

18. Se as coisas que eu faço incomodam as outras pessoas isso é problema delas. \*

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente

19. Tento conseguir as coisas que quero mesmo quando isso causa problemas às outras pessoas. \*

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente

20. Perco a calma muito rapidamente. \*

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente

21. Frequentemente quando estou zangado com as pessoas apetece-me mais magoá-las do que falar com elas sobre o motivo pelo qual estou zangado. \*

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente

22. Quando estou realmente zangado é melhor que as outras pessoas se afastem de mim. \*

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente

23. Quando tenho um desentendimento sério com alguém costuma ser-me difícil falar calmamente sobre o assunto sem ficar chateado. \*

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Concordo
- Concordo Totalmente